

A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL.

(Notas e Observações) (*).

INTRODUÇÃO.

EMIGRAÇÃO: FENÔMENO ECONÔMICO DIVERGENTE.

Poucas questões econômicas apresentam tão grande divergência de opiniões como o fenômeno da emigração. Alguns sustentam a tese de que é um bem porque alivia a pressão demográfica das áreas densamente povoadas, desenvolvendo, ao mesmo tempo, o comércio e estimulando o ramo produtivo. Outros, porém, são de parecer contrário, pois a consideram como uma perda, por parte da população, dos elementos mais ativos e dotados de maior espírito de iniciativa.

Vários economistas assim se manifestam sobre o assunto:

A. Smith (1) atribui-lhe, em grande parte, a grandeza e a prosperidade das nações.

G. B. Say (2) é da mesma opinião e considera a emigração espontânea como um grande benefício.

Bentham (3) defende o princípio de que ela constitui um direito natural que só pode ser limitado por obrigações para com o estado e por motivos penais.

Malthus (4) e Ricardo (5) julgam-na apenas como um paliativo à tendência das populações de multiplicar-se em proporções maiores do que os meios para uma cômoda subsistência. Especialmente no que concerne ao capital, vêem no emigrante, uma fonte de renda que o país de emigração perde.

O fascismo sempre a considerou um mal e atualmente não faltam economistas de parecer idêntico, como o Dr. Occhiuti, do Banco da Itália, que afirmou:

(*) . — Trabalho efetuado junto ao Instituto de Geografia da *Università degli Studi de Nápoles* e traduzido pela autora do original italiano (*Nota da Redação*).

(1) . — Smith, A. — *Ricerche sopra la neutra e la causa della ricchezza delle nazioni*, em "Biblioteca dell'Economista", Série I, vol. 2, 1821, págs. 63, 386, 418.

(2) . — Say, G. B. — *Corso Completo d'Economia Política*, vol. VII, L'Unione Tipografico Editrice Torino, 1855, págs. 609, 640, 784.

(3) . — Bentham, Jérémie — *Théorie des peines et des récompenses (Traité des preuves judiciaires)*, 2o. vol. 2a. ed. Bruxelles, Société Belge de Librairie, 1840, cap. XI, pág. 214.

(4) . — Malthus — Vide Bentham, J., *op. cit.*, pág. 214 (1).

(5) . — Ricardo, David — *Principii dell'Economia*, in separata da "Biblioteca dell'Economista", Série I, vol. IX, 3a. ed., 1821.

“o contínuo desfalque de homens válidos, devido à emigração, acarretaria no Sul da Itália um aumento progressivo das unidades de consumo em detrimento das unidades de trabalho”.

Entretanto, os opositores da emigração, que consideram o emigrante um capital, não calculam quanto o Estado gastaria para mantê-lo na Itália, sobretudo se considerarmos que em geral se trata de um desocupado, isto é, de uma unidade de consumo que continuaria a ser pesada à coletividade. A exportação de capital seria, portanto, contrabalançada por uma economia igual às unidades de consumo enviadas pelo país de emigração.

Em conclusão, não podemos afirmar que a emigração seja verdadeiramente um dano.

CAPÍTULO I.

A ITALIA E O BRASIL DIANTE DO PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO.

I

Aspecto econômico-social do fenômeno emigratório na Itália.

A tendência de abandonar o lugar de origem, para procurar, alhures, condições de vida mais propícias, aparece como um movimento de capital importância. Age na história da humanidade como uma força essencialmente progressiva, porque, por ela, terras desertas são abertas à civilização. Corresponde a um impulso instintivo do homem, pois há a tendência de considerar uma mudança como um meio de desenvolvimento econômico e também político.

Por causas naturais e independentes de sua vontade, a Itália sempre afrontou este problema básico de importância determinante em todos os aspectos tanto políticos como econômicos, sociais e morais da vida nacional.

O fenômeno emigratório tem um caráter político quando se refere à soberania dos Estados em suas relações recíprocas e com os cidadãos. Há uma estreita correlação entre as condições político-econômicas de cada época e as características com as quais, nas mesmas, se apresenta o fenômeno constante da história da emigração.

Com a difusão dos regimes constitucionais que contrapõem a qualquer tipo de perseguição, política ou religiosa, um espírito de justiça social, não existe mais aquela repressão do pensamento humano que faz procurar refúgio em outras terras mais hospitaleiras, porque liberais, e a quase totalidade das pessoas que abandonam a terra natal, não por motivos econômicos, mas por ideais sociais e políticos contrários ao regime imperante, regressa à pátria, enquanto poucos são os que preferem ficar no país que os havia hospedado.

O aumento progressivo da população constitui a causa natural por excelência da emigração. De fato, o problema de uma melhor distribuição dos homens na terra, para assegurar-lhes um conveniente nível de vida, é o centro da atenção internacional como meio para

eliminar causas de perturbação que possam pôr em perigo a própria paz.

Este objetivo favorece o êxodo de fortes núcleos de trabalhadores de zonas super-povoadas, para regiões escassamente habitadas e com riquezas naturais ainda no estado potencial.

Nos tempos modernos, o grande aumento demográfico foi devido ao índice de vida mais elevado e às melhorias gerais das condições de vida, quando as condições higiênicas dos países adiantados debelaram as terríveis epidemias que, antes, ceifavam inumeráveis vidas humanas. Além disso, o intenso progresso das indústrias e do comércio e a facilidade de comunicações provocaram o fenómeno da urbanização, que contribuiu, por razões psicológicas, para alimentar a emigração, porque os camponeses, tendo contactos com as cidades, são atraídos, especialmente, por suas indústrias, onde a retribuição é maior e contínua. Isto provoca um desequilíbrio nos centros urbanos pois a excessiva mão de obra acarreta crises industriais e comerciais e instabilidade de consumo. De fato, para muitos, a cidade tornou-se um lugar de transição da emigração transoceânica, onde os melhores meios de subsistência, a diferença das condições econômicas e o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, alimentaram a esperança de um futuro melhor.

Assim, o fator econômico, em relação à sua crescente importância em qualquer campo da vida social, tornou-se uma das principais causas das correntes migratórias, senão predominante.

Estes vários aspectos da emigração não podem ser considerados como problemas independentes e passíveis de soluções separadas. Nem é possível resolver a questão segundo os diferentes pontos de vista nacional, porque esta, em sua natureza e em seus efeitos, é de caráter essencialmente internacional.

É importante, também, a existência de países que apresentem condições favoráveis à emigração, que sejam diversos em seus aspectos geográficos, acontecimentos históricos e políticos e recursos naturais. Um deve ser mais evoluído e densamente povoado, outro menos progredido quase desabitado, com uma parte do território ainda no estado potencial; um deve preocupar-se em dar trabalho aos próprios habitantes, outro em aumentar a produção, valorizando uma parte dos recursos com mão de obra proveniente do exterior. Surge, assim, um ponto de encontro que a visão de um interesse comum faz considerar importante e que acaba determinando movimentos migratórios.

No caso da Itália, sua conveniência é de desobrigar-se do excesso improdutivo de mão de obra que grava passivamente sobre a economia nacional e que constitui um elemento de inquietude social e política.

Ao contrário, o Brasil, país de imigração, tem interesse de valorizar ao máximo as próprias riquezas naturais ainda no estado potencial. Conseqüentemente, afigurar-se-ia muito fácil a emigração de italianos para o Brasil, e a sua assimilação, porém, há o problema dos proprietários de terras brasileiros, que apesar de se lamentarem da deficiência de mão de obra nacional e desejarem a emi-

gração de trabalhadores estrangeiros, especialmente de italianos, não estão dispostos a oferecer-lhes melhores condições de vida. Estes, por outro lado, estão resolvidos a abandonar seu país para prosperar econômica e socialmente, mas não para aceitar condições de vida e de trabalho que não compensem seu sacrifício.

II.

As condições físicas e econômicas do Brasil em relação aos imigrados italianos.

As possibilidades de desenvolvimento da emigração italiana dependem das condições geográficas e econômicas do Brasil.

Sua extensão é imensa: 8.511.189 km², de acôrdo com a Direção Geral da Estatística Brasileira, isto é, aproximadamente o 46,4% da América do Sul (6).

Segundo o geógrafo J. C. Branner, o clima

“é bom como em qualquer lugar do mundo: em Minas Gerais, Goiás e nos estados do sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). As regiões elevadas e semi-úmidas do interior são agradáveis e salubres, mas as áreas pantanosas do Amazonas, Pará e Mato Grosso, devem ser evitadas quando não se é imune dos distúrbios intestinais e febres malignas”.

A população brasileira, no recenseamento de 1950, era de 52 milhões de habitantes, e a densidade média de 6,14 habitantes por km².

O Brasil é um país eminentemente agrícola, onde a escôlha do terreno é de grande importância, porque existem terras das mais variadas qualidades, das mais férteis às mais pobres, das adaptadas às atividades agrícolas lucrativas, às utilizáveis somente para a criação, baseadas em sistemas extensivos.

Nas regiões de clima tropical, o trabalho de preparo, para a escôlha do terreno, é maior, e são necessários continuos cuidados para manter sua fertilidade e evitar a degradação e a formação de laterite. Além disso, as condições climáticas comportam uma adaptação difícil.

Nas regiões meridionais, as exigências para a escôlha do terreno são menores, pois a lenta destruição das substâncias orgânicas do solo, permitindo uma fácil acumulação de colóides faz com que a degradação de tais minerais se efetue devagar. Com a aplicação de oportunas previsões técnicas, tal destruição será impedida sem dificuldades. Por conseguinte, graças a maior salubridade climática, também a adaptação será facilitada.

O agricultor brasileiro não se apega à terra, pois a considera uma mina para ser desfrutada até exaurir-se; então a abandona e procura outra ainda intacta. Todavia, ainda existem enormes reser-

(6). — Rolotto, G. — *América Atlântica*, pág. 69, in “Terra e Nazioni”.

vas de terras virgens esparsas no imenso território, e destas, grande parte, encontram-se em posições favoráveis para uma rápida valorização, com conseqüente absorção de mão de obra. Mas, a terra sòmente não satisfaz as aspirações do emigrante que, em tais condições, deve possuir uma verdadeira têmpera de pioneiro, para alcançar o sucesso. Valem, assim, mais as iniciativas individuais que os programas organizados.

Para o Brasil, portanto, devido as suas riquezas pontenciais e à existência de milhões de hectares de terra e de florestas, o problema da emigração reveste-se de importância de caráter vital. De outro lado, se o país der aos trabalhadores de além-mar a possibilidade de desfrutar suas riquezas, suas terras virgens, mais rápido será seu desenvolvimento econômico-político-social.

O Brasil possui regiões muito diversas, seja quanto ao aspecto morfológico e climático, quanto ao desenvolvimento econômico. Segundo o "Conselho Nacional de Geografia", foi dividido em cinco grandes regiões naturais, cada uma das quais foi sub-dividida em outras menores, como resulta da tabela I (7).

Região Norte ou Amazônica.

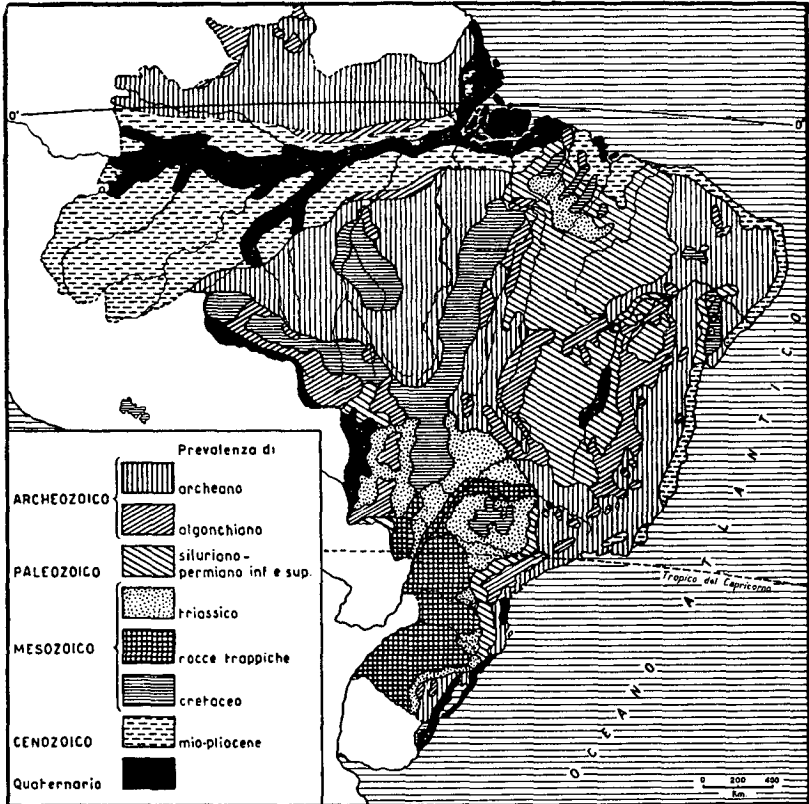
E' a maior e menos povoada, correspondendo aproximadamente à Bacia Amazônica. Compreende: a "região serrana" do planalto das Guianas, formada por terrenos antigos; a "grande planície amazônica", constituída por terrenos de origem aluvional, areias e argilas do terciário e quaternário e coberta pela densa floresta equatorial que impede o estabelecimento do homem. O clima é equatorial super-úmido, com temperatura média anual superior a 25°. Quanto a este clima, além da divergência teórica sôbre o influxo exercitado nas condições higiênicas, existe uma grande discordância nos resultados das observações, devido, em grande parte, à variedade das condições de cada zona, condições estas que favorecem ou impedem a aclimação do europeu imigrado.

Região Nordestina.

Estende-se do Pará ao Vale do São Francisco, e é pouco povoada. Divide-se em duas partes: a litorânea e a do sertão.

A primeira é constituída por terrenos terciários e quaternários. O litoral, especialmente, dos estados de Sergipe e Ceará, apresenta formações extensas de dunas. Possui terrenos muito férteis, resultantes da decomposição de materiais orgânicos conhecidos pelo nome de solo de "massapé". Foi sede da primeira colonização portuguesa e há velhas plantações em que foi largamente utilizado o trabalho dos escravos negros, provenientes da África. E' importante a cultura da cana de açúcar, cacau e algodão. O clima é sub-equato-

(7). — Mortara Giorgio — *Caratteristiche Demografiche del Brasile*, Comunicazione alla 28a. Sessione dell'Istituto Internazionale di Statistica, Roma, setembro, 1953, pág. 11. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1953.



rial, do tipo marítimo semi-úmido e com a temperatura média anual entre 20 e 25° (8).

No sertão, o clima é equatorial, semi-árido, o que torna extremamente difícil e penosa a colonização. O solo é formado, principalmente, por rochas arcaicas (granitos e gneiss), que constituem o "Complexo cristalino Brasileiro". Em tal região encontramos, muitas vezes, montanhas tabulares (chapadas ou chapadões) formadas de arenitos do primário e secundário. E' utilizada exclusivamente para a criação do gado.

Região Centro-Oeste.

Compreende os estados de Mato Grosso e Goiás. E' a segunda em extensão com uma densidade de apenas 0,66 habitantes por km². O clima é sub-equatorial do tipo semi-úmido continental, é salubre.

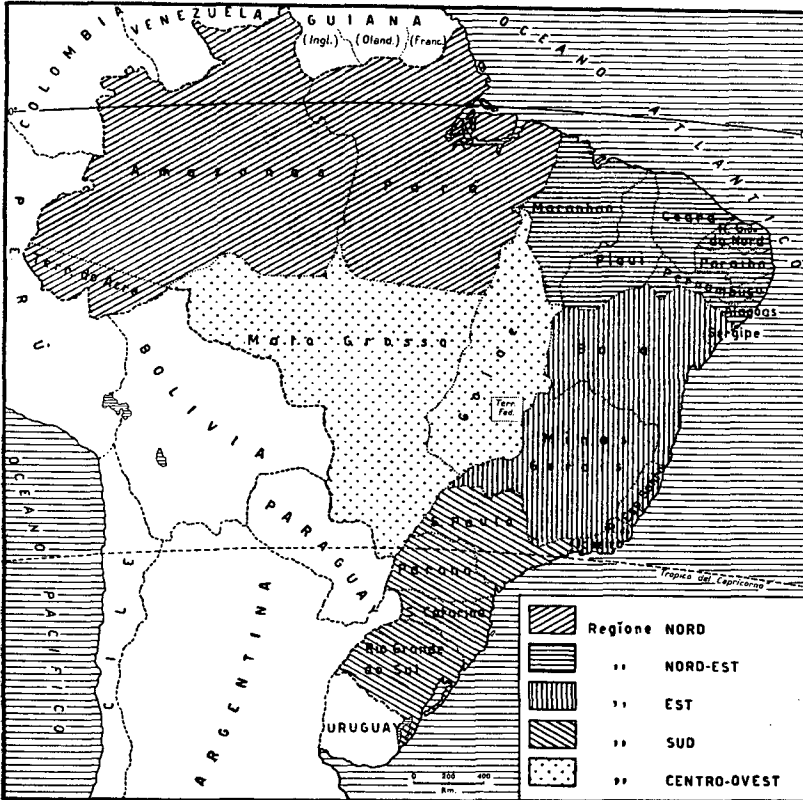
(8). — Morize, Henrique — *Contribuição ao estudo do clima do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922.

As vastas extensões de campos que se alternam com trechos florestais, são utilizáveis para a criação. Apresenta notáveis riquezas minerais, mas a enorme distância do litoral e a falta de estradas e de ferrovias, fazem com que a região viva em pleno isolamento, com um desenvolvimento econômico atrasado e uma agricultura de pura manutenção e, por conseguinte, com forma de vida ainda muito primitiva. Não obstante todos estes fatores negativos, a colonização avança rapidamente.

Região Leste.

Estende-se dos terraços do relêvo interno da Bahia, vale do São Francisco e oceano até o Estado do Rio. E' importantíssima pelas suas riquezas minerais, e foi dividida em várias sub-regiões naturais:

1). — **A faixa litorânea**, formada por terrenos aluvionais, baixa e lagunosa com clima sub-equatorial semi-úmido, é desigualmente



povoada. Possui grandes jazidas de “areias monasíticas”, sendo muito importante o cultivo do cacau, especialmente no sul da Bahia.

2). — **O vale do São Francisco** é pouco povoado e com clima semi-árido.

3). — **A alta região de planícies**, geralmente coberta por florestas, rica de minerais e pedras preciosas, é zona de colonização muito antiga. O clima é sub-equatorial do tipo semi-úmido de altitude.

4). — **As zonas mineradoras do sul**, apresentam condições climáticas favoráveis ao aumento e progresso da população.

5). — **A bacia do Paraíba do Sul**, é uma região com afloramento de rochas arcaicas e eruptivas.

As últimas duas zonas apresentam-se muito importantes para o desenvolvimento da imigração, principalmente pelas suas grandes riquezas minerais e pela salubridade do clima.

Região Meridional.

Localiza-se entre o vale do Paraná e o Atlântico, é a zona de colonização por excelência. Graças às condições climáticas, agrárias e às riquezas minerais, desenvolveu-se tanto a agricultura como a indústria. Compreende os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nesta se distinguem as seguintes sub-regiões naturais:

1). — **A região costeira**, situa-se entre o Atlântico e a Serra do Mar e Serra Geral. E' caracterizada por rica pluviosidade [clima temperado tipo super-úmido marítimo, com temperatura anual inferior a 20° (9)] e escassa população. Sua produção é tipicamente tropical.

2). — **O sistema marítimo**, constituído pelas Serras do Mar e Geral, é a escarpa oriental do grande Planalto Brasileiro e morfológicamente constitui uma região a parte, formada por dobramentos antigos, que sofreram fortemente a ação erosiva do tempo. De acôrdo com o morfologista Francis Ruellan, é uma “frente dissecada de bloco falhado”. De fato afloram, em sua superfície, rochas cristalinas, granitos e gneiss.

3). — **A Região do Planalto**, sulcada pelos tributários do Paraná, apresenta manchas de terra roxa, que é a melhor para a produção do café, e onde se alternam florestas e culturas. Também a policultura, a criação de gado e os progressivos métodos industriais dão resultados econômicos excelentes.

A estrutura geológica do planalto é complexa, predominando terrenos sedimentares e vulcânicos da era mesozóica. Aí verificaram-se as maiores erupções da terra, que cobriram de lava quase um milhão de km², dando origem a rochas vulcânicas sobrepostas, denominadas **trapp** (10) ou basalto. Sua decomposição deu origem à

(9). — Morize, Henrique, *op. cit.*

(10). — Termo sueco que quer dizer escada.

terra roxa, muito fértil se bem adubada, do contrário, torna-se pobre e estéril, e o índice de material orgânico é muito baixo. Esta região foi sempre escolhida para o cultivo do café que até há poucos anos atrás, constituía a única produção. Agora praticam-se outras culturas, entre as quais é muito importante a do algodão.

O clima é temperado, do tipo semi-úmido de média altitude, com temperatura anual entre 10 e 20°, que em seu complexo é ótimo, especialmente em São Paulo e norte do Paraná. A temperatura e a pluviosidade são particularmente propícias ao plantio do café, exceto nos vales mais profundos das regiões meridionais. Nestes, durante o inverno, as temperaturas extremas se afastam tanto das médias estabelecidas, que temos mínimas próximas ou inferiores a zero, dando-se o fenômeno da geada, muito pernicioso para o café. Isto induz o fazendeiro a evitar tais zonas.

No Brasil, atualmente, a procura de terras cobertas de florestas tropicais e suscetíveis de cultura cafeeira, como as terras roxas no oeste do estado de São Paulo e norte do Paraná, explica-se levando em conta que as terras de cultivo mais antigo foram de tal modo desfrutadas que atualmente se encontram cansadas. Nas velhas fazendas, as condições de trabalho agrícola não mudaram muito e o baixo salário, além do modesto índice de vida, não atraem mais, como em outros tempos, o camponês italiano. De fato, tendo melhorado sua situação econômica na Itália, não obstante as ainda precárias condições dos trabalhadores braçais em algumas regiões meridionais e nas ilhas, ele encontra sempre em sua pátria o mínimo necessário para a subsistência cotidiana e prefere viver com dificuldades em casa própria, do que suportar as mesmas privações materiais em um ambiente que lhe é radicalmente estranho.

As zonas pioneiras são importantes para a emigração, principalmente as do norte do Paraná, onde a colonização em grande escala foi efetuada sobretudo pela "Companhia de Terras do Norte do Paraná".

Com a gradual evolução técnica, econômica e social destas regiões, haverá melhoras na situação especialmente se forem adotados os critérios indicados por Waibel (11), isto é, uma agricultura intensiva associada à criação de gado, abandonando o sistema primitivo de rotação das terras, análogo àquêle praticado pelos indígenas. Waibel acha também oportuno que os elementos étnicos sejam homogêneos para tornar mais fácil a adaptação ao novo ambiente.

4). — Há ainda a **Campanha Riograndense**, típica região de criação que compreende a terça parte do Brasil meridional e que, em seus aspectos físicos, assemelha-se mais ao Uruguai. Encontra-se em uma zona, onde outrora havia florestas enquanto agora é uma região próspera, colonizada por italianos, tendo como centro Caxias. Aí predomina a cultura da vinha e o regime de pequena propriedade, que são relativamente prósperas e independentes.

(11). — Waibel — *Princípios de Colonização Européia do Sul do Brasil*, in "Revista Brasileira de Geografia", Ano XI, n.º 2, abril-junho, 1949, págs. 122-159.

No extremo sul da “Campanha Riograndense”, há uma vasta região pastorícia, com campos de grande fertilidade, nos quais prevalece a economia latifundiária pastoril.

Na “Campanha Riograndense”, o ambiente social permite um maior afluxo imigratório, graças à existência de uma democracia rural de origem européia recente, em virtude da qual o elemento italiano, alemão e de outros países, pôde não só afirmar-se numéricamente como importante fator produtivo, mas também dar um cunho próprio à organização social.

No ponto de vista econômico-político, ela seria, em potencial, o celeiro do Brasil e sua reserva para os produtos agrícolas temperados (frutas, vinho, azeite, batatas, hortaliças várias, linho, girasol e outras sementes oleosas, etc.), dos quais este imenso país, quase todo de clima quente (do tropical ao equatorial), é muito pobre e grande importador.

Para aí, então, poderia ser canalizada uma colonização imigratória italiana em massa, com a máxima vantagem recíproca dos dois países.

CAPÍTULO II.

A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL ATÉ O FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

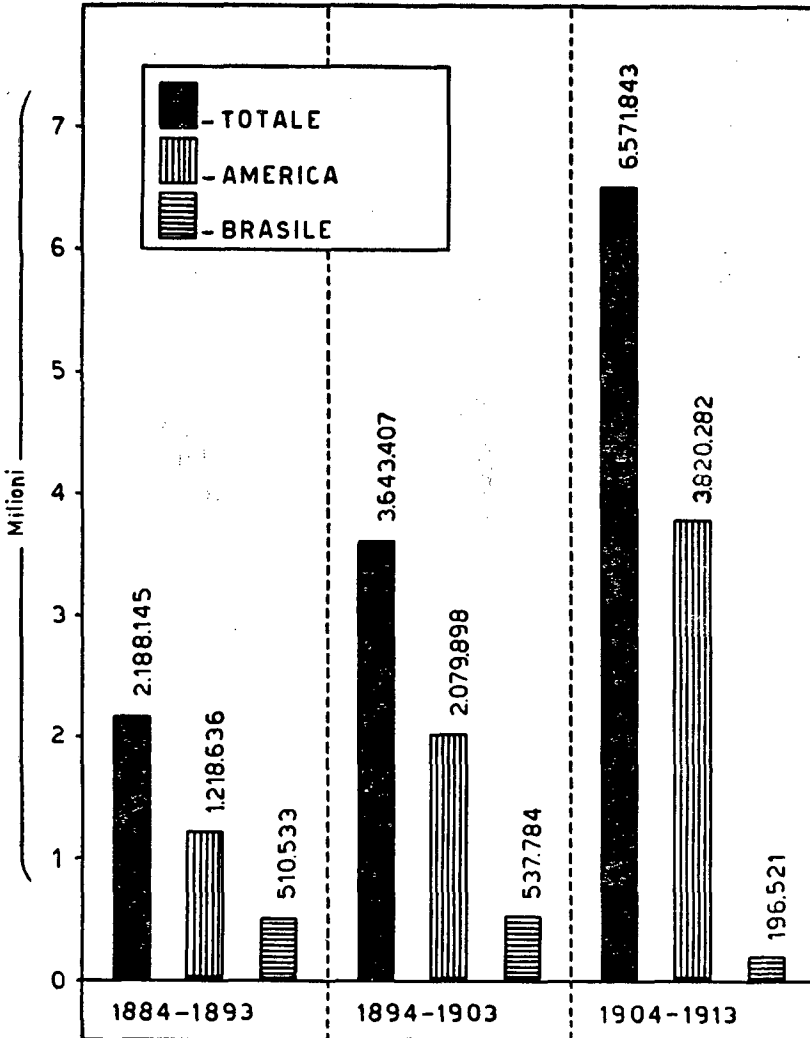
I

A emigração antes da formação do Reino da Itália.

A emigração italiana é um fenômeno historicamente antigo. Quanto à duração, foi classificada em temporária e permanente; de acordo com o critério geográfico foi dividida em emigração para países europeus e emigração transoceânica. Aquela para os países europeus foi a primeira e possui mais característica de temporaneidade. A transoceânica é recente e apresenta caráter de fenômeno político.

Cerca de 83,7% dos emigrantes, dirige-se para as Américas, a maior parte para os Estados Unidos e a menor para os países da América do Sul, Argentina e Brasil principalmente.

As primeiras notícias sobre italianos, no Brasil, remontam ao ano de 1817. Em 1836, foi registrado um êxodo de 180 trabalhadores italianos, até que em 1843 o matrimônio de Teresa Cristina de Bourbon, filha de Francisco I de Nápoles, com o Imperador D. Pedro II, estimulou afluxos mais freqüentes de trabalhadores do Reino da Duas Sicílias para o Brasil. Porém, a concorrência dos negros, a falta de segurança da vida social, minada por discórdias e revoluções, o clima e as doenças endêmicas, tornavam pouco agradável a perspectiva de uma emigração para o Brasil. Por isso, inicialmente, foram poucos os trabalhadores italianos que se estabeleceram no Brasil e, em geral, estes eram prófugos políticos, expatriados em consequência das insurreições da primeira metade do século XIX. Somente a partir de 1850, começaram a dirigir-se para o Brasil,



bem definidas correntes de emigrantes europeus. Inicia-se, assim, um novo período para a emigração italiana, e como já foi dito, contribuíram para isso as novas relações dinásticas, que deram impulso aos intercâmbios comerciais entre a Itália Meridional e o Brasil. Dêsse modo, a emigração, antes esporádica tornou-se fenômeno importante, justamente com a emigração contratada e isto até o fim do século, durante o qual a emigração italiana deu um contingente igual ao de tôdas as outras.

Em 1862, registraram-se 431 emigrante italianos; em 1863, 2.092 e, mais ou menos em tal proporção, continuou o afluxo até a unificação do Reino.

A emigração após a Unificação.

Alcançada a unidade política, o fenômeno emigratório italiano adquiriu proporções ainda mais vastas e sua direção sofreu uma alteração sensível. Os emigrantes que se dirigiam para outros continentes, superaram, em número, os encaminhados para países europeus e mediterrâneos.

Mas a intensidade do afluxo não se demonstrou constante no decorrer de seu desenvolvimento, por ser influenciada não só pela situação econômica, como também pela política emigratória adotada pelos outros países. Na Itália, a política mencionada mudou de orientação, especialmente, no fim do primeiro e segundo conflito mundial e por conseguinte, pode-se distinguir diferentes fases no decurso da emigração italiana.

A. — De 1870 a 1913.

Esta fase abrange um período de pouco mais de 40 anos e conclui-se no fim do primeiro conflito mundial. Durante êste período, sem pausa, massas de trabalhadores não qualificados, em geral sem nenhuma proteção quanto à salário e previdência social, deixam a Itália em direção aos vários países de imigração, especialmente, ao Brasil, onde, com a lei de 28 de setembro de 1871, que declarava livres os nascidos de escravas, se cumpria o primeiro passo para substituir a economia escravocrata pela economia livre.

Com a nova política de colonização e de povoação das terras ainda não habitadas, adotada pelo Governo Imperial, o fluxo emigratório aumentou e de 1870 a 1875, os agricultores italianos estabeleceram centros coloniais no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Os primeiros dados oficiais relativos à imigração italiana, são de 1877, quando entraram no Brasil, 12.842 unidades, cifra quase correspondente à metade da imigração geral.

A emigração italiana para o Brasil durante o decênio 1866-1886, variou nas seguintes proporções:

Segundo as estatísticas brasileiras, o número de imigrantes italianos no Brasil, corresponderia a 118.143, no período de 1876-1885.

Emigração Italiana para o Brasil no período 1877-1886.

Ano	Anuário Estatístico da Emigração Italiana	Boletim Ministerial R. E.
1877	12.842	13.582
1878	4.533	10.836
1879	7.999	9.677
1880	6.080	12.839
1881	6.766	2.705
1882	9.074	10.562
1883	7.590	12.599
1884	6.110	7.933
1885	12.311	17.589
1886	11.334	14.336

Mas uma verdadeira corrente emigratória teve início somente em 1886, graças a lei de 26 de outubro de 1885, que concedia aos trabalhadores o reembolso das despesas de viagem.

Outro fator a considerar é a abolição da escravidão que teve lugar no dia 13 de maio de 1888, e forçou o governo brasileiro e os fazendeiros a uma política de intensificação da emigração, a fim de combater a crise agrária que ameaçava o país. Com a promulgação da República (15 de novembro de 1889), tal política teve maior incremento porque as províncias foram declaradas estados autônomos, e êstes se comprometeram a pagar as despesas de viagem para cada imigrante. Assim, a emigração italiana foi aumentando rapidamente, em direção às fazendas cafeeiras de São Paulo. No decurso de poucos anos (1890-1902), por conseguinte, formou-se uma verdadeira classe colonial.

Pode-se acrescentar que existe uma correlação entré a intensificação do fluxo imigratório e o aumento da crise que dominou a Itália unificada em seu primeiro cinquentenário de vida. Para unir materialmente todos os italianos, foi necessário desenvolver as comunicações então escassas, especialmente no sul e nas ilhas, com a construção de estradas entre as várias regiões da península. Mas, as enormes despesas sustentadas para êstes trabalhos de utilidade pública, provocaram uma crise persistente em todos os setores, em modo particular no sul, já em condições econômicas desvantajosas em relação às regiões setentrionais, e cujo processo de desenvolvimento foi ainda mais retardado.

As estatísticas do período 1887-1902, são:

Ano	Estatística Italiana	Estatística Brasileira
1887	31.445	40.175
1888	97.730	104.353
1889	16.953	36.124
1890	16.233	31.275
1891	108.414	132.326
1892	36.448	55.049
1893	45.324	58.552
1894	41.628	34.872
1895	98.090	97.344
1896	76.665	96.505
1897	80.984	104.510
1898	38.659	49.086
1899	26.574	30.846
1900	27.438	19.671
1901	82.159	59.869
1902	40.434	32.111

Em 1902, nas fazendas, havia excesso de mão-de-obra, enquanto o preço do café tinha baixado de tal maneira que não mais permitia lucro aos fazendeiros. As condições dos colonos eram muito difíceis porque o tratamento que lhes era reservado, era igual àquê usado, até então, para os escravos. A crise do café agravou a situação bloqueando os pagamentos dos salários e, em vista disso, determinou-se a proibição da imigração mediante viagem gratuita e o reembarque dos emigrantes que não possuissem o ato de chamada estabelecido pelo decreto Prinetti. Tal decreto teve como consequência o decréscimo da emigração italiana para o Brasil, o despovoamento das plantações, as tentativas de substituir a monocultura cafeeira pela policultura e o elemento italiano pelo de outras nacionalidades.

As estatísticas dêste período são:

Ano	Estatística Italiana	Estatística Brasileira
1903	27.707	12.970
1904	19.724	12.957
1905	30.079	17.360
1906	7.808	20.777
1907	21.298	18.238
1908	13.873	13.873

No quinquênio que precedeu o primeiro conflito mundial, a economia italiana, que recentemente conseguira afirmar-se, de maneira ativa, sofreu um retrocesso gradual.

Alguns anos de colheita muito escassa, uma epidemia de colera e a guerra italo-turca, agravaram a situação.

Pelo contrário, no Brasil, à crise italiana, contrapôs-se um surto de atividade. A penetração das estradas de ferro nas florestas virgens do Oeste, abriu um campo novo à atividade agrícola dos fazendeiros. Neste período, houve ainda uma mudança favorável do espírito público em relação ao emigrante, de modo que, em setembro de 1912, quatro Sociedades Italianas de Navegação estipularam um contrato com o Governo Federal no Rio de Janeiro e com o Governo do Estado de São Paulo, criando linhas diretas entre a Itália e o Brasil.

Tal circunstância intensificou a emigração italiana para o Brasil, como resulta do seguinte quadro:

Ano	Estatística Italiana	Estatística Brasileira
1909	—	13.668
1910	19.331	14.163
1911	22.287	22.914
1912	35.562	31.785
1913	31.952	30.886 (12).

As estatísticas da emigração até 1914 refletem fielmente os acontecimentos históricos e, de modo particular, a variação das condições demográficas e econômicas dos países de origem.

Reunindo-as em períodos, obtemos o seguinte quadro:

Períodos	Totais dos emigrantes	América	Brasil
1884-93	2.188.145(13)	1.218.636	510.533
1894-03	3.643.407	2.079.898	537.784
1904-13	6.571.843	3.820.282	196.521
Total	12.403.395	7.118.816	1.244.838

(12). — Para o total e a emigração italiana na América, vide o Anuário Estatístico da Emigração Italiana, de 1876 a 1925 para o Brasil, em particular, Departamento Nacional de Emigração.

(13). — Neste total estão incluídos 1.390 emigrantes dos quais se desconhece o destino.

Vê-se que o período máximo da emigração italiana foi aquêle de 1894 a 1903, e isto em consequência da crise econômica atravessada pela Itália e graças ao grande pedido de trabalhadores por parte do Brasil, após a abolição da escravidão.

Nos anos seguintes, verificou-se uma diminuição da corrente emigratória seja pela menor procura, seja pelo maior desenvolvimento econômico da Itália (Vide gráfico n.º I).

Viu-se, de fato, que neste período, as crises políticas e a crise agrária incidiram fortemente nas condições de vida das classes humildes, especialmente nas regiões meridionais e nas ilhas, e que a emigração veio equilibrar as situações mais graves.

Entre os vários tipos de emigração, prevalece aquela de grupos masculinos isolados, na maior parte, constituída por elementos não qualificados e, particularmente, trabalhadores agrícolas ou braçais. A emigração de operários qualificados, pelo contrário, representou pouco mais de um quinto do total, no período 1910-1914.

Quanto à proveniência segundo às diferentes regiões da Itália (14), o Vêneto forneceu uma média constante, muito elevada, de emigrantes para o Brasil, com uma cifra superior a 70.000 unidades, no período de 1888-1891. Seguem a Lombardia, a Campânia, a Calábria, a Toscana e a Emilia. De 1894 a 1903, diminuem muito os emigrantes do Vêneto, até uma média de dez mil, com um êxodo máximo de 35.403 em 1895. A Campanha alcançou a média de 9.200, seguindo a grande distância o "Abruzzo e Molise" e a Calábria. As cifras mínimas são as fornecidas pela Sardenha. A Calábria coloca-se em primeiro lugar de 1904 a 1913, com a média de 4.500 e com a cifra máxima de 7.973 unidades em 912, seguida pela Campânia, com a média anual de 3.100 emigrantes, e pelo Vêneto com 2.800. Em último lugar, acham-se a Úmbria e a Sardenha.

A maior parte dos emigrantes embarcava em Nápoles, poucos nos portos de Gênova, Palermo e Messina. Desembarcavam, principalmente, em Santos e Rio de Janeiro, enquanto contingentes mínimos dirigiam-se aos portos de São Salvador, Recife e Belém.

O grande desenvolvimento da emigração, após 1870, impôs, aos governos interessados, um minucioso exame do importante problema e sua regularização através de leis apropriadas.

Em 30 de dezembro de 1888, houve, portanto, a primeira intervenção da legislação para disciplinar os expatriados, mas se tratou de uma tentativa muito superficial, semelhante a uma intervenção policial, enquanto se limitava a "vigiar" a fim de que os emigrantes não fossem explorados.

A partir do início do século, entretanto, a emigração, até então apenas vigiada, transformou-se em "livre protegida", em virtude da lei mais incisiva de 31 de janeiro de 1901, n.º 23, que instituiu o **Commissariato Generale dell'Imigrazione**, órgão legalmente investido de funções protetoras. Iniciou-se, assim, o período áureo das normas legislativas em matéria de emigração, período que, praticamente, en-

(14). — Os dados estatísticos foram extraídos da *Emigração Italiana de 1910 a 1923*, vol. I, Roma, 1927.

cerrou-se em 1919, com a emanção do **Testo Unico delle provvedimenti sulla emigrazione**. O **Commissariato** foi um organismo bem concebido com a tarefa de assistir e tutelar os emigrantes de maneira absoluta e definida.

A legislação deu novo passo para uma compreensão jurídica mais precisa do fenômeno emigratório, com a Lei n.º 1.075 de 2 de agosto de 1913.

No dia 3 de novembro do mesmo ano, as normas elaboradas pelo **Commissariato**, foram recolhidas no **Testo Unico** aprovado no R. D. L. n.º 2.205, em virtude do qual não era permitido recrutar os trabalhadores fora dos limites do país, sem a autorização do **Commissariato**, e a chamada não podia ser concedida sem um contrato regular de trabalho.

No Brasil, a nova Constituição de 1891 concedeu a autonomia legislativa aos Estados, quanto à imigração e a colonização. Este fato teve muita importância, especialmente para São Paulo, onde de 9,2% dos imigrantes em 1878 e de 17,1% em 1883, chegou-se a 67% em 1897 e a 84% em 1901, da imigração total do Brasil.

Em 1887, foi fundada a Hospedaria dos Imigrantes no Rio de Janeiro, seguindo-se providências análogas na cidade de Campinas em 1890 e de Santos em 1893.

Após 1905, foi criado o Serviço de Imigração e Colonização e o Departamento do Trabalho.

De 1914 a 1920.

Neste período, no campo da emigração, são sensíveis as consequências diretas da primeira conflagração mundial.

O início do conflito determinou, de fato, profundo distúrbio econômico em todos os estados, inclusive os neutrais.

A repentina mobilização geral representou um obstáculo para a emigração porque provocou normas restritivas. Assim na Itália, com uma primeira providência de 6 de agosto de 1914, foi suspensa a faculdade de emigrar aos militares de qualquer categoria.

Sobrevio, a seguir, o impedimento provocado pela guerra à navegação oceânica.

O sucessivo R. D., de 2 de maio de 1918, n.º 635, fixou a obrigatoriedade do passaporte para todos aqueles que pretendessem sair do país, por motivos de trabalho. A concessão do próprio passaporte foi subordinada ao **nulla osta** do **Commissariato della Imigrazione** entidade que recusava a licença de expatriação àquêles que pertencessem a classes sujeitas à chamada às armas ou àquêles úteis às atividades agrícolas e industriais. A finalidade era a de conservar no país a energia indispensável para o feliz resultado das operações.

As repercursões de tais providências em relação à emigração, foram imediatas e as estatísticas o confirmam (15):

(15). — Parlati, Giovanni — *L'Emigrazione Italiana nel mondo*, in "l'Universo", 1950, pág. 728.

Anos	Emigração total	Para países trans-oceânicos	Porcentagem da emigração trans-oceânica e a total
1915	146.019	66.517	45,55
1916	142.364	74.140	52,08
1917	46.496	13.013	27,99
1918	28.311	4.010	14,16

As estatísticas atestam também que a emigração italiana para o Brasil foi decrescendo sempre mais rapidamente até um mínimo no ano da vitória, e entre 1915-1918, alcançou um máximo de apenas 5.915 emigrantes, enquanto houve um aumento nos anos 1919-1920 com 16.151 unidades.

As cifras dêste período são:

Anos	Emigração para o Brasil
1914	14.017
1915	3.604
1916	1.524
1917	426
1918	361
1919	5.588
1920	10.563

Segundo as estatísticas brasileiras no período 1915-1918, entraram no Brasil 17.697 emigrantes, 5.231 em 1919, 10.005 em 1920.

No período bélico, a composição da corrente emigratória oferece variações, não somente no aspecto quantitativo, mas também no qualitativo, com predomínio de elemento feminino.

O quadro seguinte demonstra as características do movimento (16):

Emigrantes classificados por sexo, por idade e por grupos familiares, nos anos 1915-1918.

Anos	Masculino	Feminino	Até 15 anos	Por grupos familiares
1876	100	100	100	100
1915	96	400	359	242
1916	84	462	363	238
1917	22	186	106	72
1918	16	93	46	32

(16). — Parlato, Giovanni, *op. cit.*, pág. 729.

A emigração masculina apresenta-se pouco elevada também após o fim da guerra, em virtude das perdas diretas e indiretas sofridas, enquanto cresce o número de emigrantes do sexo feminino. Igual consideração pode ser feita em relação aos menores de 15 anos.

Na composição por profissões, os emigrantes agricultores começaram pouco a pouco a diminuir, cedendo o lugar aos operários especializados.

No Brasil, a guerra tornou ainda mais grave as condições demográficas das fazendas, em consequência de uma maior procura nas indústrias urbanas e nas terras virgens onde a produção era melhor recompensada.

Em 1918, a crise de mão-de-obra torna-se muito grave, especialmente nas velhas fazendas, mas as iniciativas para um grande movimento migratório, são obstadas pelo novo conceito legal da emigração em face da qual esta passa a ser considerada mais uma concessão do que um direito, de maneira que não é mais livre ou protegida, mas disciplinada (17).

CAPÍTULO III.

A EMIGRAÇÃO DURANTE O FASCISMO.

I

Movimento emigratório entre 1920 e 1945.

Logo após o término da primeira guerra mundial, até todo o ano de 1927, embora com um decurso irregular, verificou-se um notável recrudescimento do fenômeno emigratório. Segundo as notícias recolhidas pelo **Commissariato Generale dell'emigrazione**, os italianos entrados no Brasil, durante o período 1920-1923, somavam 64.180, assim distribuídos:

Anos	N.º de Emigrantes
1920	8.593
1921	10.391
1922	9.860
1923	15.436

No período 1924-1927, os emigrantes foram 48.154, com uma média pouco superior às 12.000 unidades anuais, como se constata através dos seguintes dados, fornecidos pelo "Departamento Nacional de Emigração".

(17). — Os dados estatísticos no período 1876-1920, foram obtidos na Itália, através dos *nulla osta*, fornecidos pelas Autoridades de Polícia, e no Brasil, dos levantamentos das Autoridades dos portos de desembarque. Portanto, não podem ser considerados muito exatos, como aparece evidente de suas discordâncias.

Anos	N.º de Emigrantes
1924	13.844
1925	9.846
1926	11.977
1927	12.487

Nos anos sucessivos, pelo contrário, houve uma diminuição do fluxo, seja porque o fascismo não tinha interêsse em favorecer a emigração, seja devido às conseqüências da crise mundial de 1929-1933.

Segundo as estatísticas brasileiras, entraram no Brasil, 22.023 trabalhadores italianos no período 1928-1933, e 10.928 entre 1934 e 1939, isto é:

Anos	N.º de Emigrantes
1928	5.493
1929	5.288
1930	4.253
1931	2.914
1932	2.155
1933	1.920
Total	22.023

Anos	N.º de Emigrantes
1934	2.507
1935	2.127
1936	462
1937	2.946
1938	1.882
1939	1.004
Total	10.928

Com a segunda guerra mundial, a já exigua corrente emigratória extinguiu-se praticamente de todo, e isto não somente como efeito da mobilização geral, mas sobretudo porque a Itália achou-se em conflito com a quase totalidade dos países, para os quais, até então seus trabalhadores tinham sido encaminhados. Dêsse modo, entraram no Brasil, durante o período bélico, apenas 687 emigrantes, distribuídos da seguinte maneira:

Anos	N.º de Emigrantes italianos
1940	411
1941	89
1942	3
1943	1
1944	3
1945	180

A emigração provém de tôdas as regiões da Itália, nos anos entre 1920 e 1945, e se, inicialmente, as maiores fornecedoras de emigrantes foram somente as mais progredidas socialmente, em seguida e gradualmente, a emigração sofreu aumentos proporcionais às condições econômicas locais.

II

Transformação da política emigratória com o Fascismo: Emigração como fenômeno político.

A Itália, logo no após-guerra, foi duplamente atormentada com as perturbações políticas e sociais de um lado, e as econômicas, de outro.

A instabilidade do mercado provocou a queda de muitas indústrias surgidas durante a guerra e não ainda consolidadas, enquanto outras conseqüências graves acarretaram as várias crises bancárias e financeiras, bem como a inevitável inflação monetária.

Portanto, o desejo de expatriar-se, difundiu-se amplamente, mas as fronteiras entre os diversos países foram fechadas, especialmente para os fins migratórios. A política emigratória passou a ser considerada uma questão internacional, com caráter não somente de problema administrativo, mas, sobretudo, de fenômeno político, estritamente ligado às exigências do país de destino e às suas efetivas possibilidades de absorção.

Na atitude do regime fascista a respeito da emigração, pode-se distinguir dois períodos. O primeiro, caracterizado por um esforço de reconstrução da economia e das finanças, termina em 1926-1927, e mostra uma certa benevolência em relação aos emigrantes, com a finalidade de colocar no estrangeiro, o maior número de trabalhadores nas melhores condições possíveis, e tirar desta colocação as maiores vantagens, seja para o próprio emigrante, seja para a coletividade nacional. Adotou-se uma política de liberdade disciplinada, que tinha por designio a valorização da emigração italiana. E de tal modo veio a constituir-se a era da emigração tutelada e regulada por meio de convenções internacionais. Não sendo as condições do Brasil, nesta época, favoráveis ao desenvolvimento espontâneo de emigração, tornaram-se necessários contratos coletivos para melhorar as condições econômicas e sanitárias, especialmente dos

colonos nas fazendas. Tais contratos eram, além disso, destinados a oferecer os meios para melhorar a situação econômica da classe operária nos centros urbanos, através do aumento da produção agrícola, insuficiente e por isso de custo elevado.

Como, desde muito, os italianos que trabalhavam no Brasil aumentavam cada ano — graças à chegada de parentes por eles mesmos chamados — esperavam que a Pátria interviesse em favor deles; em 1921 foi estipulada uma Convenção Italo-Brasileira, a fim de proteger e dar maiores vantagens aos italianos já residentes no Brasil, e, também, assegurar garantias aos que quisessem expatriar-se.

Após esta Convenção, o Governo Federal reconheceu os acordos feitos com os diversos estados da República, e também, os contratos de trabalho, individuais e coletivos, estipulados na Itália. Ele empenhou-se ainda em proteger e garantir a execução destes contratos.

Portanto, mediante a Convenção foi firmado um acôrdo com as autoridades do Estado de São Paulo, por iniciativa do ilustre estadista paulista Antônio Prado. Com êste acôrdo, estabelecia-se o principio de que

“qualquer pessoas que queira chamar do Reino trabalhadores italianos, deve fazer requerimento ao representante do **Commissariato** em São Paulo, e tratar caso por caso, com êste representante, tôdas as condições contratuais, inclusive a da remuneração, no caso de trabalho assalariado”.

Acarretou-se, assim, uma verdadeira transformação moral e material nas relações entre colonos e fazendeiros e deu-se aos emigrantes italianos a consciência do seu próprio valor econômico e moral.

Em consequência disso, o trabalhador que de conformidade com as normas contidas no texto único de 9 de julho de 1913, n.º 2400, antes de ir para as fazendas, com viagem à custa do governo do Estado, devia passar pela Hospedaria dos Imigrantes, obtinha um contrato através do Departamento do Trabalho, com cláusulas especiais e um salário cômputo. Esta norma disciplinada pelos **Uffici** dependentes do **Commissariato**, isto é, do **Ispettorato** de emigração e do **Patronato** das cidades de São Paulo e de Santos, não teve, porém, bons resultados. De fato, as cláusulas dos contratos concluídos com os próprios fazendeiros não eram respeitadas na prática, infelizmente, porque, uma vez entrado nas fazendas, o emigrante ficava na dependência completa do dono que, nem sempre, observava os acôrdos estabelecidos.

O segundo período do regime fascista durou até 1940, e caracterizou-se pela economia corporativa direta, regulada e controlada pelo Estado. Nele, especialmente no quinquênio que precedeu à segunda guerra mundial, a produção econômica italiana alcançava um nível muito alto. Também a população teve um considerável de-

envolvimento. A êste respeito Mondaini (18) dizia que, não obstante o aumento da população de cêrca de 35 milhões para 44 milhões de habitantes, a Itália, no que diz respeito à produção interna, estava mais próxima da auto-suficiência nas vésperas da segunda conflagração, do que na época anterior à primeira guerra mundial.

Além de um alto teor de vida e da forçada tranqüilidade e segurança interna, a Itália gozava de prestígio no Mundo.

Em tal situação, o fascismo não tinha interêsse em favorecer a emigração, que, entretanto, não foi proibida, mas organizada e dirigida pelo Estado. Procurou-se, o mais possível, encaminhar o excesso da população para as colônias, especialmente a Líbia e a Etiópia. Já em 1926, acha-se claramente expressa essa política, nas seguintes declarações de Mussolini (19):

“Roma, 23 de setembro de 1926”.

...“A nossa política da emigração onde se levou ao máximo a conversão da expatriação desordenada de massas sem esperança, inconscientes deslocamentos de energias produtivas, instrumento de valorização nacional”.

— “A nossa exuberância demográfica não se esgotará, porque não podemos mudar e não pretendemos nos modificar. Para mantê-la, temos o dever de explorar todas as energias do nosso solo. E’ o que estamos fazendo. Mas como esta é obra de muita fôrça, o fenômeno emigratório continuará. Pode acontecer também que êle retome um ritmo acelerado e volte tão freqüente como foi nos anos decorridos. E, portanto, é necessário manter os serviços *Commissariali* de emigração em plena eficiência”.

— “Pode-se reconhecer, como eu reconheço, que a emigração é um mal, porque depaupera a nossa gente de elementos ativos que irão constituir os glóbulos vermelhos de anêmicos países estrangeiros. Mas será um mal menor, se fôr preparada, selecionada, financiada, enquadrada, em uma palavra, organizada”.

— “Valorizará melhor sua fôrça e pesará mais na balança dos valores internacionais”.

O R. D. de 8 de abril de 1927, n.º 628, que substituiu o *Commissariato Generale* pela *Direzione Generale degli Italiani all’Estero*, modificou, substancialmente, a política emigratória precedente. Uma das conseqüências imediatas de tal modificação foi a divisão das competências em matéria de emigração entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Trabalho e de Previdência Social, e, tam-

(18). — Mondaini, Gennaro — *Appunti di Storia Economica*. Editrice Castellani, 1947, Roma.

(19). — Prefácio de Mussolini à obra: *Emigrazione Italiana negli anni 1924 e 1925*. Relações sôbre os serviços da emigração apresentados pelo “*Commissariato Generale*” — Estabelecimento cromotipográfico empresa C. Colombo, Roma, 1926.

têm, em menor medida, entre os Ministérios do Interior, de Instrução Pública, dos Transportes e da Marinha Mercante.

O pessoal emigrante passou a ser qualificado e preparado para que o trabalhador italiano não representasse o pária afastado da Pátria, mas o cidadão produtivo nos mercados estrangeiros, destinado a crescer a força e o prestígio da Nação.

III

A opinião pública italiana e suas relações com o mercado de trabalho: emigração como fenômeno social.

O Brasil, pela amplitude de seu território e a baixa densidade demográfica, poderia receber trabalhadores de todos os setores, mas se achava nas piores condições para utilizar suas vastas extensões porque faltavam os capitais, fato que constituía um obstáculo à emigração.

O Estado de São Paulo que, do ponto de vista econômico, político e demográfico, era o mais importante da Confederação Brasileira, necessitava de mão-de-obra, seja nas zonas já cultivadas para melhor valorizá-las, seja nas zonas virgens ainda vastas em seus confins, e que apresentam caracteres de grande fertilidade.

Com a primeira guerra mundial, que determinou o isolamento do País, começaram a surgir as pequenas fazendas, nas quais se desenvolvia a policultura, antes praticada somente dentro dos limites das fazendas e entre as fileiras dos pés de café.

Após 1920 acentuava-se a tendência em abandonar as velhas fazendas pelas novas, o que provocou uma deficiência de braços.

Reinava uma completa anarquia na colocação agrícola; o que constituiu um grave prejuízo financeiro e social, não somente para os colonos e fazendeiros, mas também para a economia geral do país. Também a valorização gradual das terras tornou cada vez mais difícil a aquisição da propriedade por parte do emigrante.

Havia um forte desequilíbrio entre a população existente e as possibilidades produtivas do país, entre salários e custo de vida. O aumento do salário não compensava o encarecimento da vida que crescia correlativamente.

No dia 5 de julho de 1924 as divergências e os contrastes provocaram a revolução que teve como centro a cidade de São Paulo e veio perturbar a vida econômica e financeira de todo o país.

Em 1930 outra revolução agitou a nação e criou um clima de restrição à emigração, que foi mantido pela constituinte de 1934 e reforçado pelo golpe de estado de 1937, quando a nova Constituição limitou o número de trabalhadores que podiam ser admitidos ao 2% dos imigrantes entrados no Brasil nos cinquenta anos precedentes. Tal lei que tinha a finalidade de proteger o trabalhador nacional, fazia discriminação também em relação aos naturalizados, embora para a naturalização fôsse necessária uma permanência no Brasil de, no mínimo, dez anos. De fato, o trabalhador estrangeiro encontrava no Brasil um mundo de limitações e de restrições que poderiam jus-

tificar-se apenas em um país de emigração e não em um país que tirava tôda sua força da imigração. Em todo caso, para criar um ambiente de vida favorável aos recém-chegados, teria sido necessário melhorar os transportes e as condições sanitárias, e dar maiores seguranças quanto a uma justa remuneração.

Em linhas gerais, os italianos imigrados ao Brasil, durante o período anterior à última guerra, dividiam-se nas seguintes classes sociais:

- 1). — Capitalistas, industriais, comerciantes e altos empregados co-interessados.
- 2). — Profissionais e intelectuais.
- 3). — Grandes ou pequenos proprietários fundiários.
- 4). — Operários.
- 5). — Agricultores.

Com exceção da primeira e terceira categoria, as outras não se achavam em condições econômicas satisfatórias. Os intelectuais, muitas vezes, eram marginais. O operário, quase sempre, não conseguiu obter o desejado bem-estar, e, freqüentemente, voltava ao seu país, quando já não era mais capaz de apreciar a simplicidade agreste de sua aldeia natal, após se ter acostumado à vida tumultuosa das grandes metrópoles. O camponês, que constituía a classe mais numerosa, estava predestinado, desde a partida, ao trabalho pesado e à mesma vida de miséria que levava em sua Pátria. Por isso mesmo, era desprezado e tido em nenhuma conta.

Após estas constatações, surge espontânea a pergunta se o desenvolvimento da emigração seria devido exclusivamente a uma necessidade social e econômica real, ou antes, a uma verdadeira mania emigratória.

Logo em seguida ao após-guerra, na Itália, aspirava-se, vivamente e difusamente, a emigrar, dada a situação econômica pouco favorável do país. Existia uma forte pressão por parte da opinião pública que estimulava o Govêrno a encontrar qualquer saída para o excesso de mão-de-obra. Mas esta tendência não achava justificação levando-se em conta as condições encontradas no Brasil, as despesas de viagem, o sacrifício de viver longe da Pátria, e o alto custo da vida que, muitas vezes, obrigava o emigrante, para fazer economias, a passar também sem o necessário. Tais os fatores que faziam com que a mão-de-obra italiana fôsse considerada, injustamente, um mal para o país.

Portanto, pode-se concluir dizendo que substitua uma situação desagradável para os emigrantes italianos no Brasil. Os trabalhadores, recebendo, muitas vezes, salários desproporcionados em relação à sua produtividade, pouco a pouco, deixavam de considerar o Brasil como útil saída para suas atividades de trabalho, tanto mais que lhe chegavam da Itália notícias de que esta se encaminhava para uma evolução econômica gradual, com grandes melhorias no teor geral de vida.

E' por isso que o emigrante, tornando-se mais exigente, deixou de expatriar-se sem garantias suficientes. Verificou-se, assim, uma transformação de opinião pública em relação ao fenômeno migratório, que se condicionou ao estado recíproco dos países de emigração e de imigração. Enfim, não era suficiente somente sentir a necessidade de emigrar mas era necessário que a emigração fornecesse ao expatriado a perspectiva de ganhos adequados.

CAPÍTULO IV.

A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

I

Principais aspectos do movimento de 1946 a 1957.

Com o fim da guerra, a necessidade da emigração fêz-se mais forte, mas ela estava intimamente relacionada às condições econômicas e à política emigratória tanto da Itália como do Brasil.

Os emigrantes estavam divididos em duas categorias: espontâneos e dirigidos. Espontâneos eram aqueles que emigravam por iniciativa própria, independentes de qualquer programa; os dirigidos podiam ser tanto trabalhadores contratados como os colonos.

O Brasil aceitava a emigração com o sistema das quotas, sistema este essencialmente individual, isto é, a viagem ficava inteiramente a cargo do emigrante. Este gênero de emigração estava baseado nos dotes de iniciativa de cada pioneiro, dotes estes que muito influenciaram no feliz resultado de uma corajosa tentativa. Ocorre, porém, distinguir entre as perspectivas oferecidas pela situação particular do emigrante independente e talvez dotado de meios próprios, que pretendia empregar em iniciativas arriscadas, e aquelas que objetivamente podiam oferecer-se a grupos de trabalhadores emigrantes, para os quais se exigiam pelo menos as mínimas e indispensáveis garantias de hospitalidade e colocação. Estas garantias não eram, entretanto, fáceis de encontrar no interior do Brasil. De outro lado, era difícil obter bons salários nas grandes cidades, onde os mesmos, quase sempre, são muitas vezes insuficientes à própria manutenção.

As atividades mais procuradas eram as dos colonos, operários industriais com ou sem especialização, sobretudo na metalurgia. Mas, para obtê-las seria necessária uma política imigratória que, por sua vez, dependeria de uma política econômica geral de investimentos. Anualmente a Itália poderia conceder 28.000 vistos assim subdivididos: 22.421 técnicos industriais, agricultores e operários especializados; 5.605 de outras profissões. Precisamos, porém, considerar que, como o Brasil atravessava um período difícil, era inoportuno favorecer a emigração de trabalhadores não qualificados e também de operários especializados que ficariam desiludidos pelo reduzido salário atual, que não lhes permitiria enviar às famílias na Itália eco-

nomias suficientes. Por isso, as autoridades, sôbre as quais pesa, a título provisório, a responsabilidade da política emigratória brasileira, entenderam adotar novos critérios mais prudentes, reduzindo o número de emigrantes industriais dirigidos. De fato, nos últimos anos, êstes ultrapassaram o número dos trabalhadores agrícolas, que estavam em uma situação péssima nas fazendas e, segundo disposições emanadas do Governo Federal, não podiam ser transferidos por questões de trabalho para os centros urbanos, antes de um período de 4 anos.

As estatísticas dêste período são (20):

Emigração italiana para o Brasil no período 1946-1953.

Anos	Emigrantes italianos
1946	835
1947	4.171
1948	5.537
1949	—
1950	8.824
1951	8.926
1952	16.942
1953	14.318

Em 1952 foram repatriados 1.425 trabalhadores e 5.174 em 1953. Em 1954, a emigração italiana para o Brasil correspondia a cêrca de 19% da emigração total, com a cifra de 13.048 trabalhadores, todos voluntários. Em 1955, verificou-se uma sensível redução do movimento emigratório, porque foram adotadas medidas restritivas sem a prévia garantia de uma colocação adequada.

Em 1956, de acôrdo com a estatística brasileira, chegaram ao Brasil 4.463 trabalhadores. No período de 1 de junho de 1950 a 31 de dezembro de 1955, as estatísticas nacionais acusam a chegada de cêrca de 70.000 unidades, enquanto as italianas de 61.000 (21). No mesmo período, segundo as estatísticas italianas foram repatriados 16.000 emigrantes, que voltaram ao seu país pela inexistência de serviços adequados de colocação e pela voracidade dos empregadores que pretendiam explorá-los.

O pôrto que recebeu o maior número de emigrantes foi o de Santos, seguido pelo do Rio de Janeiro. Pelo recenseamento de 1950, viviam em São Paulo 71,66% dos italianos residentes no Brasil, enquanto 7,05% estavam no Distrito Federal, 6,09% no Rio Grande do Sul e 4,24% no Paraná. Tôdas as regiões da Itália concorreram para a

(20). — As estatísticas do período post-bélico não são muito exatas porque o Instituto Central de Estatística obteve as cifras sôbre a emigração transoceânica nos manifestos dos navios que saíram dos portos italianos, e nestes podem estar compreendidos também turistas ou viajantes de comércio ou de competições esportivas, que por economia tivessem viajado em 3a. classe.

(21). — A diferença entre as duas fontes pode depender da pequena distância entre a data de embarque na Itália e a de desembarque no Brasil.

emigração, porém a Calábria, Abruzzo e Molise, a Campânia e a Sicília estavam em primeiro lugar e forneceram mais emigrantes do que tôdas as outras regiões reunidas. Isto confirma o fato de ser a emigração um fenômeno prevalentemente meridional e encontra a sua origem nas condições de desequilíbrio entre o índice demográfico e o pequeno desenvolvimento econômico do Sul, onde difficilmente o expatriado retorna, adaptando-se aos mais humildes trabalhos e às inúmeras privações, para evitar a solidão, a miséria, o abandono da própria região, fenômeno que não é relevante para o Norte bem mais industrializado.

O Brasil, por sua vez, estava em fase de ascensão econômica e nota-se o clássico contraste entre as atividades rurais e urbanas, característica esta de tôdas as nações que se desenvolvem industrialmente. Esperava-se poder restabelecer o equilíbrio com a chegada em massa dos trabalhadores europeus, especialmente italianos, mas perdeu-se a batalha na disputa com a Venezuela, Argentina e Canadá, porque tanto na cidade como no campo, o nível dos salários e das condições de vida não representavam uma atração para o trabalhador europeu, habituado a um bem-estar que no Brasil êle não encontraria.

II

Problemas que dificultam o fenômeno emigratório.

O Brasil é um dos maiores países de emigração, seja em razão do número global de emigrantes que pode acolher, como pelas possibilidades que oferece do ponto de vista da colonização.

A. — Condições econômicas do Brasil.

O Brasil é um país vastíssimo e pouco povoado, cujas imensas riquezas ainda devem ser utilizadas pela atividade e inteligência humana. Mas, como o custo de vida, não só da classe camponesa e proletária, mas também das classes médias e dos setores do comércio e indústria, está em aumento, somente os ricos suportam os assaltos da carestia, e a maioria sofre dificuldades verdadeiramente tormentosas.

A população do Brasil é de 52 milhões de habitantes e dêstes, cerca de 70% vive no campo, onde há fome e pobreza. Basta pensar que o índice alimentar do povo é um dos mais baixos do mundo.

O periódico *Études et Conjectures* de Paris, publicou um artigo relativo ao nível de vida no Brasil, com o título: "Dez brasileiros consomem menos que um norte-americano". Ressalta que, não havendo uma regra uniforme para estabelecer a pobreza econômica de uma nação, a renda **per capita** pode fornecer um índice seguro para se reconhecer a economia atrasada. Pode-se assim afirmar que o brasileiro, gozando de renda anual igual apenas ao 8% a do cidadão dos Estados Unidos, pertence a um país sub-desenvolvido. O jornal compara o Brasil a muitos países da Ásia e conclui que ainda não podem ser estabelecidas as indústrias que exigem amplo mer-

cado, porque o volume de consumo seria insuficiente para justificar a produção em série.

A solução seria o trabalho: o país deve produzir mais, a população deve trabalhar mais. Resolve-se o problema eliminando todos os indivíduos que impedem o desenvolvimento de qualquer forma de economia, isto é, dos parasitas da sociedade. Há, ainda, uma enorme burocracia improdutiva, excessivamente onerosa.

A crise econômica é ocasionada pela deficiência de energia elétrica, pelas dificuldades monetárias e por outros fatores que foram a causa do reduzido desenvolvimento industrial.

As despesas necessárias aumentam enquanto as rendas diminuem, por terem sido mantidas em um nível deficiente em relação àquelas. Diminuem, também, porque os aumentos de salário não estão em proporção ao dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. A lei estabelece um salário mínimo legal, todavia este é apenas suficiente para manter uma vida modestíssima e não permite absolutamente nenhuma economia. Há uma luta constante para o seu aumento, mas este não resolve a difícil situação, porque a espiral salário-preço sobe em ritmo acelerado.

A inflação é um dos problemas mais graves que atualmente o Brasil deve enfrentar. A revista **Informazioni ed Appunti** de Bolonha, ressalta que os fatores determinantes de tal situação são:

— “O aumento dos preços dos produtos exportados, especialmente do café, e o conseqüente excesso imediato, como em 1946, na balança dos pagamentos”.

— “O extraordinário aumento das despesas, tanto por parte do Governo Federal como de cada estado e municipalidade, resultando um constante recurso ao crédito”.

— “O grande número de investimentos particulares não financiados pelas economias e não dirigidos nos setores mais convenientes”.

— “O aumento conseqüente dos preços e dos salários e logo também do custo de produção”.

— “A falta de uma adequada política de crédito e de circulação monetária”.

Pensou-se em resolver o problema mediante a aplicação do plano Aranha, porém o resultado não foi aquele desejado.

Segundo dados estatísticos publicados pela O.N.U., o índice do custo de vida passou da quota 100 em 1948, a 140 em 1952, a 157 em 1953, a 190 em 1954 e hoje supera a quota 200.

Automáticamente, a desvalorização interna do cruzeiro, acarreta, por sua vez, uma desvalorização no exterior, durante o período junho 1954-junho 1955, foi de 40%. Ao mesmo tempo a circulação monetária aumentou de 28%.

As revistas **Informazioni Economiche** e **Combat** ressaltam, por sua vez, as incertezas que caracterizam a situação monetária do Brasil, que não tem capacidade para absorver o dinheiro emitido pelo Governo. Maior quantidade de dinheiro no Brasil de hoje, mesmo se garantido pelo ouro, significa inflação.

Como já foi dito anteriormente, para resolver o problema da crise econômica do Brasil, o aumento da produção através da reforma agrária é condição básica. Apesar de ser o Brasil um país de imensas possibilidades e dotado de terras fertilíssimas, sua produção agrícola está em constante crise. A área cultivada não ultrapassa o 10% da área total de todas as propriedades e como a terra é o motor de qualquer atividade econômica, o país deve enfrentar com energia o problema, cultivar as terras improdutivas e introduzir novos métodos de exploração e de industrialização rural.

Causam grandes preocupações ao I.N.I.C. (22) as migrações internas que têm lugar ou nos estados (geralmente os do Nordeste, onde há muita seca) ou nas regiões rurais que circundam os centros urbanos. Tais migrações são ocasionadas pela desigualdade das condições de vida e de salário entre estas zonas rurais e os centros urbanos industriais, desequilíbrio este que faz afluir às cidades, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, grandes massas de trabalhadores.

Depois da melhoria das comunicações rodoviárias, os movimentos de Norte e Sul, assumiram grande mobilidade. Mas os aspectos sociais desta emigração são os mais penosos. Deixam anualmente o Nordeste brasileiro, dirigindo-se para os estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, quase 100 mil pessoas, doentias e sub-nutridas, nas piores condições de vida, desprovidas de documentos pessoais e não garantidas por nenhum contrato de trabalho. Não sendo protegidas por seguros, toda a legislação relativa resta inaplicável, por isso a retribuição ao seu trabalho é inferior ao salário mínimo. Para os que vão trabalhar no campo, a situação é ainda pior.

O êxodo rural em direção aos centros urbanos, acentuou-se notavelmente nestes últimos anos. Não é apenas o maior salário o que atrai o camponês para a cidade, tanto mais que muitas vezes, isto é, apenas fictício. O que mais influi são as condições de vida, o conforto e a maior assistência social.

Nas cidades, o operário através de vários Institutos e entidades governativas, pode dispor de uma assistência sanitária praticamente gratuita, como também pode gozar das vantagens de uma legislação social que, ao contrário, é nula para os trabalhadores da terra. Estes não têm nenhuma estabilidade garantida, nem indenização de despedida. Nas fazendas, os salários são baixíssimos; as habitações, miseráveis e primitivas, muitas construídas de pau a pique, com pavimento de terra batida, provocando freqüentes doenças e a difusão do tracoma e do amarelão, ao passo que a assistência sanitária é de todo insuficiente ou irrisória.

Podemos citar, como exemplo, a extrema mobilidade da mão-de-obra agrícola constituída por mestiços, nordestinos e elementos estrangeiros já assimilados ou recentemente chegados à zona ribeirinha do Paraná.

Brasilio Machado Neto, autor de um artigo publicado no "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, depois de ter admitido a im-

(22). — Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

portância do fenômeno acrescenta que, infelizmente, não se possuem dados completos sobre o assunto, dêle se ocupando apenas o Estado de São Paulo, mediante o "Serviço de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização", dependente da Secretaria da Agricultura.

Estes movimentos migratórios internos criam graves e complexos problemas, tanto nas cidades como nos campos. Um deles é o do desemprego.

Calcula-se que em São Paulo, a cidade mais rica e industrial do Brasil, segundo os dados fornecidos pela Secretaria Estadual do Trabalho, os desempregados alcançariam a cifra de 400 mil em 1956, e 500 mil em 1957.

Por isso, a existência de maior número de pessoas no Brasil hodierno, ainda que fortes, robustas e competentes, significa desocupação.

B. — Evolução da economia italiana.

Após o último conflito mundial, a pressão demográfica e a desocupação de centenas de homens, além do medo de uma outra guerra, constituíram para a Itália problemas de grande gravidade. A única solução possível parecia ser a de um vasto movimento emigratório para os países que careciam de mão-de-obra, e, ao mesmo tempo, aspirassem ao desenvolvimento industrial e agrícola. Assim, em tôdas as regiões da nação e em todos os ambientes, levantavam-se questões sobre as perspectivas que o Brasil oferecia a quem desejasse transferir-se.

Attilio Oblath (23) dedicou um longo e documentado artigo aos problemas da emigração italiana, no qual, examinando a situação econômica e demográfica da Itália post-bélica, diz que a pressão demográfica, a falta de matérias primas e de capitais criaram um desequilíbrio entre a procura e a oferta de mão-de-obra. Para sanar esse inconveniente o governo italiano adotou uma nova política de emigração que teve o fim de reduzir a pressão demográfica e de aumentar, ao mesmo tempo, as possibilidades internas de produção. De fato, as remessas monetárias dos emigrantes podem fornecer o meio às indústrias italianas, de adquirir no exterior as matérias primas de que necessitam.

Na atualidade a estrutura econômica italiana não se modificou substancialmente, porém, melhoraram as condições gerais internas, aumentaram as possibilidades de trabalho e desapareceram alguns fatores internacionais e também de ordem psicológica que, até há alguns anos atrás, alimentaram uma verdadeira tendência à fuga, por parte de muitos europeus. O temor da guerra desapareceu, há maior tranquilidade política, maior ordem em todos os sentidos, menor deficiência de transporte e de outros serviços públicos e menor desnível entre salário e custo de vida. Ninguém na Itália está satisfeito, no ponto de vista quantitativo, das medidas de previdência so-

(23). — Oblath, Attilio — *La réglementation de l'émigration italienne*, in "Revue International du Travail".

cial, mas o desocupado não morre de fome, enquanto, no Brasil, não existe um subsídio ao desemprego. Outros fatores que explicam o atual diminuto interesse do trabalhador italiano a emigrar, são as novas possibilidades de trabalho que estão surgindo com o desenvolvimento acelerado da indústria petrolífera, com a Reforma Agrária, com os programas de trabalhos públicos e com a expansão econômica geral. Fala-se até que, em alguns setores, falta mão-de-obra especializada.

Em resumo, a Itália pode exportar em quantidade relativamente grande somente mão-de-obra não qualificada, mas também este problema tende a diminuir com as providências que se vão atuando no campo do ensino profissional.

III

Tendências atuais da política migratória entre a Itália e o Brasil.

A. — Política imigratória brasileira.

O Brasil não possui uma legislação orgânica e uma política bem definida, em matéria de imigração.

A atual legislação brasileira impõe algumas disposições que impedem a intensificação do movimento migratório. A nova constituição do Brasil que entrou em vigor em 18 de setembro de 1946, contém alguns princípios sobre a imigração, concebidos segundo um critério muito elástico, que deixou à legislação normal o encargo de fixar as modalidades particulares. Não há mais aquela limitação do 2% dos imigrantes do mesmo país, recebidos nos últimos 50 anos. A atual constituição limita-se a exigir que a solução, aceitação e sistemática dos emigrantes sejam reguladas por textos legislativos que levem em conta os interesses nacionais. Evidentemente, um certo limite se impõe, pois não se pode, útilmente, acolher elementos étnicamente heterogêneos, politicamente danosos ou perturbadores do mercado econômico nacional. Mas no limite do possível, o Governo facilitará a assimilação dos imigrantes estrangeiros, simplificando a lei em vigor sobre a naturalização. Novas disposições providenciaram a imigração livre, acolhendo o Brasil todas as pessoas de ambos os sexos, entre os 18 e 60 anos, contanto que tenham bons antecedentes penais e pertençam a raças que não contrastem com a composição étnica do país.

O governo brasileiro esforça-se também para combater o êxodo da população rural, devido à crise que se verifica na agricultura e prepara um plano de reforma agrária.

No início de 1949, reuniu-se a primeira conferência brasileira de imigração e colonização, na capital de Goiás, para estudar a proposta da transferência da capital da República para o planalto Central, o que será um fator de máximo estímulo e orientação à colonização, e portanto, de ocupação efetiva do centro-oeste e do norte do Brasil.

Em 12 de outubro do mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o embaixador italiano no Rio de Janeiro, firmaram um protocolo, no qual os governos das duas nações empenharam-se, de comum acôrdo, a criar uma nova entidade: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que terá a finalidade de promover e sustentar o trabalho do emigrante italiano no Brasil, através de uma legislação adequada. Porém não se dispõe de uma estatística atualizada sôbre os imigrantes chegados nos últimos anos, não se conhece a sua profissão e destino e pouco se sabe sôbre o problema da assimilação.

B. — Política emigratória italiana.

O fim da guerra que trouxe de novo a necessidade premente da emigração, não encontrou a Itália preparada para resolver, também parcialmente, o problema da grave pressão demográfica que é desproporcionada em relação às possibilidades do balanço do país. Todavia, seja diretamente do Governo, seja sobretudo através do Instituto Nacional de Crédito para o trabalho italiano no Exterior, foi feito um notável investimento de capitais e foram mantidas despesas para favorecer a emigração.

Desde que Mussolini aboliu o **Commissariato Generale per l'Emigrazione**, esta ficou sendo de competência da **Direzione Generale dell'Emigrazione**. A necessidade de discipliná-la surgiu apenas terminada a guerra. Para isso foram feitas reuniões e conferências internacionais.

Em 10 de agosto de 1945 adotou-se um Decreto-lei que atribuiu ao Ministério do Trabalho o recrutamento dos trabalhadores assistidos e seu encaminhamento para o exterior. Entre 1945 e 1947, seguiram-se muitos outros decretos. Em 1948, criou-se um **Comitato Internazionale** (o E.M.I.C.O.), com sede em Roma, que todavia teve uma duração de apenas um ano.

O Governo italiano reconhece o princípio da liberdade individual de emigrar, entretanto, para proteger os interesses dos cidadãos, intervém ativamente para controlar e regulamentar a emigração, mediante acôrdos diretos com os países de imigração.

O tratado com o Brasil foi firmado em 5 de julho de 1950. Ficou assim estabelecida a obrigação, para o trabalhador, de prestar serviço, por dois anos, no mesmo lugar e no mesmo emprêgo para o qual foi contratado. Além disso, o artigo 18, no item II, estabelece que

“as condições de trabalho podem ser assinadas no Brasil, em uma das Hospedarias dos Imigrantes”,

o que significa que o trabalhador parte da Itália sem conhecer, previamente, as condições de trabalho, e por isso uma vez chegado ao Brasil não lhe resta senão adaptar-se a qualquer oferecimento.

Enquanto isso, foram feitas propostas diretas para criar um organismo único e responsável no campo da emigração.

Em ordem cronológica, citamos algumas:

- 1949 — esquema de lei para a instituição do Ministério do Trabalho Italiano no Exterior, aprovado pela Junta para a Emigração (24).
- 1950 — esquema de projeto para uma reorganização orgânica do Serviço para a Emigração.
- 1951 — esquema de lei para a Instituição de um Comissariado Geral da Emigração que deveria cuidar da coordenação entre as várias administrações do Estado.
- 1954 — proposta de reconstituição do Comissariado Geral da Emigração.

Acredita-se assim no que se refere à ação administrativa, poder alcançar aquela indispensável unidade de direção e criar uma entidade de caráter unitário, com o objetivo de conduzir eficazmente a própria ação no Exterior e resolver todos os problemas relativos à matéria.

Até agora a emigração assistida não deu um bom resultado. Como exemplo, podemos citar a “Operação Corcovado” que tinha o fim de fornecer ao Brasil 500 trabalhadores edis, que no inverno de 1952, foram recrutados em Nápoles, e, depois de uma seleção médica, freqüentaram, durante cinco meses um curso de qualificação profissional. O resultado foi um verdadeiro fracasso e houve um descontentamento geral por parte dos emigrantes que foram iludidos acerca das condições de vida e de trabalho que encontrariam no Brasil, e, por parte dos empregadores brasileiros, que pensavam alcançar mão-de-obra edilícia barata e qualificada.

C. — O Brasil diante da possibilidade de uma colonização agrícola.

Como vimos, em 1946-1947, a emigração recomeçou rapidamente depois da longa suspensão imposta pela guerra, mas os emigrantes puderam encontrar saídas, e mesmo assim, somente nas atividades rurais.

Enquanto se fazia o possível para facilitar as várias formas de emigração, foi considerada a eventualidade de focalizar os problemas relacionados com a colonização agrícola, nos países de além mar, e, sobretudo, na América Latina, com o fim de valorizar as terras, para criar centros de vida, dilatar a produção e dar trabalho e bem-estar à população rural.

Os efeitos de tal projeto seriam o incremento da produção e da matéria prima e, conseqüentemente a expansão das indústrias, novas culturas, repartição mais equilibrada da população, maiores possibilidades de emprêgo.

De outro lado, não se pode deixar de tomar em consideração que esta política econômica e agrária é de particular importância para o Brasil, país onde a agricultura constitui o setor principal de aborsão de mão-de-obra. Aí se encontram ainda vastos territórios

(24). — Da Comissão para a reforma da burocracia.

inexplorados. Se a marcha para Oeste e a enorme destruição da fertilidade natural empobreceram vastas áreas, agora consideradas como terras cansadas ou exauridas, não é todavia impossível reconstruir a sua fertilidade perdida.

O Brasil apresenta-se do seguinte modo:

Superfície total das terras aráveis de pasto e florestas	Terras aráveis	Porcentagem das terras aráveis	População total	N.º de hectares por habitantes
Por 100 hectares 476.614	18.835	3,95	Por 1000 hectares 53.377	8,90

O problema de dar ao país uma agricultura mais intensiva parece perfeitamente solucionado, uma vez que se possa criar uma colonização agrícola moderna, adequadamente aparelhada de cultivadores e de eficientes estruturas administrativas, assistidas por providências estatais que valham alguma coisa. É necessário, também, substituir os dominantes sistemas extensivos, com modernos ordenamentos intensivos, capazes de incrementar a produção e de fornecer maior remuneração: latifúndio e emigração espontânea são termos antagônicos cuja solução depende de várias e oportunas leis. Deve-se planejar a criação de uma sociedade rural, radicada ao solo por meio da posse da terra. Um plano de colonização é, portanto, imprescindível e deve ser orgânico, composto de duas partes, uma de utilidade imediata e outra, apta a orientar e tornar realizáveis as providências ulteriores.

Segundo as impressões do **Brasilien** de Kummerly & Frey, de Berna, graves obstáculos são constituídos pelos seguintes elementos: dificuldade dos meios de comunicação; grande distância de médico, igreja, escola; a malária; habitações sem nenhum conforto; condições alimentares e climáticas que nunca correspondem às do país de emigração. Portanto, o trabalho é duro e requer uma constituição física muito forte e grande capacidade de adaptação por parte do emigrante.

Para efetuar a colonização agrícola foram enviadas ao Brasil, pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, com a colaboração do Instituto Agronômico de Florença, duas missões orientadoras em 1949-1950.

Sucederam-se as missões do **Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all' Estero** (I.C.L.E.), o qual valeu-se para este fim de auxílios financeiros norte-americanos. Técnicos qualificados visitaram o Brasil e uma experiência de emigração agrícola colonizadora foi efetuada nos núcleos coloniais de Batéia, Itrussú, Jaguaguara e Boa União, no Estado da Bahia. Mediante o acôrdo italo-

brasileiro foi instituída a “Cia. Brasileira de Colonização e Imigração Italiana”, que iniciou a colonização em Pedrinhas, no Estado de São Paulo; Pirabeiraba, nas proximidades de Joinville, em Santa Catarina e São Geraldo no estado de Goiás.

Infelizmente estas tentativas de colocar imigrantes europeus na agricultura brasileira, provocaram conseqüências desastrosas, por causa de muitos fatores e sobretudo pelo estado de abandono das fazendas, as quais não podiam assegurar aos recém-vindos aquele mínimo de conforto e de assistência social indispensável para colonos provenientes da Europa. Se tivessem sido levados em consideração as suas condições morais, bem como suas várias aspirações êstes, especialmente os provenientes das regiões onde mais se faziam sentir as penosas conseqüência do desemprego agrícola, como na Itália meridional, teriam podido continuar a dedicar-se proficuamente aos trabalhos dos campos.

A colonização, enfim, deveria ter sido conduzida com métodos modernos e racionais e com tôdas as providências necessárias.

A seleção dos emigrantes é feita em colaboração entre autoridades italianas e brasileiras, mas êste entendimento deixa muito a desejar e como prova do fracasso destas tentativas, podemos citar a porcentagem elevada dos repatriados.

Deduz-se, portanto, que a emigração assistida deveria ser cercada de cautelas excepcionais e isto no duplo interêsse dos países de emigração e de imigração.

IV

A opinião pública em relação ao movimento migratório./

No Brasil manifestam-se críticas contra determinadas categorias de imigrantes chegados nos últimos dois ou três anos, enquanto, de outra parte, não faltam razões de descontentamento e de mal-estar, para os mesmos.

A situação anormal da economia brasileira, determinada pela inflação e pela deficiência de regime monetário, induziu alguns elementos estrangeiros, indesejáveis, a vir para o país para tentar especulações ilícitas. Trata-se, porém, de casos esporádicos que poderiam ser eliminados tão pronto a situação tenha melhorado, e, entretanto, bastam êstes poucos casos, para condenar tôda a massa boa e operosa dos imigrantes chegados nos últimos anos, não com o propósito de viver como parasitas, mas para fazer do Brasil sua segunda Pátria.

O verdadeiro desajustamento é devido à progressiva desvalorização da moeda que cria muitas preocupações. Parte dos encargos êstes imigrados foram assumidos com salários fixos, cujo valor aquisitivo vai continuamente diminuindo, enquanto o custo dos aluguéis é elevadíssimo e o preço dos gêneros de consumo está em progressivo aumento.

Estes inconvenientes são de tal natureza que criam nos que lhes são vítimas, a impressão de terem cometido um erro transferindo-se para o Brasil.

Também a legislação apresenta uma grave lacuna, porque reconhece o direito de sindicalização aos operários industriais e aos adeptos do comércio, negando porém tais direitos aos trabalhadores da terra, que não têm nenhuma estabilidade garantida, nem indenização de licenciamento. Os únicos direitos que a lei lhes concede é a assecuração sobre infortúnios do trabalho, o aviso prévio de um mês para a despedida e as férias remuneradas, vantagens estas que a maioria das vezes não são aplicadas. Por isto o trabalhador agrícola procura transferir-se para a cidade, onde a ação governativa tem mais possibilidades de fazer sentir sua autoridade.

L. V. Giovannetti (25) é de parecer que o emigrante italiano pode encontrar em muitos pontos da América Latina um ambiente adaptável, e a economia local muito lucrará com seu espírito de iniciativa e sua natural força produtiva. Ocorrem, porém, estudos, critérios modernos, meios financeiros e planos bem dispostos. Somente, assim, obter-se-á o que todos desejam e que corresponde ao interesse comum. Qualquer solução real ao problema, depende das melhorias das condições de vida dos agricultores, assegurando salários mais elevados, boas casas, boas condições higiênicas, escolas, etc., desenvolvendo os próprios meios de cultivo porque, como disse um explorador português,

“qualquer coisa que se plante no Brasil, cresce”

De particular importância seria o desenvolvimento do insuficiente sistema de comunicações, providenciando para uma gradual e definitiva exploração do território. Também a legislação deve ser modificada no sentido mais amplo, e, com particular atenção, deveriam ser tratados os seguintes problemas: facilidades no transporte marítimo dos agricultores e dos técnicos da indústria, provenientes dos países europeus; criação de um sistema para a propaganda e recrutamento dos emigrantes, mediante acordos com os países emigradores, bem como convenções bilaterais de emigração e planos de financiamentos e organização dos serviços administrativos.

CONCLUSÃO.

Podemos concluir que a emigração é originada pelo transitório desequilíbrio entre oferta e procura de mão-de-obra; desequilíbrio que se verifica nas fases de transição e especialmente na passagem de um país, da economia agrícola à industrial.

Os problemas relativos a ela são múltiplos e complexos: das condições físicas do país de imigração, que tornam fácil ou árdua a adaptação do emigrante; às econômicas, que podem ser favoráveis ou não à permanência do trabalhador europeu.

(25). — Giovannetti, L. V. — *Il drama dell'emigrazione*, no “Fanfulla” de São Paulo, de 17 de junho de 1948.

O Prof. Torquato Giannini (26), um dos maiores especialistas em matéria de emigração, publicou um estudo sôbre o argumento, em 34 artigos, dos quais nos limitamos a transcrever alguns:

“1). — A emigração não é um definitivo e direto remédio aos perigos da super-população, mas cautelosamente e cientificamente tratada pode resultar em uma elevação do teor de vida, e em conseqüência em uma estagnação ou diminuição da preocupante super-fertilidade humana”.

“1). — A emigração é govêrno internacional de homens, e é, portanto, imperativo que seja governada com métodos baseados em princípios internacionalmente recebidos”.

“2). — Para a tutela e a disciplina da emigração, a preparação do emigrante e a sua assistência durante a viagem e no exterior (exceção feita à proteção política), e para a procura constante das notícias acêrca das condições dos mercados de trabalho, torna-se necessário um órgão único, ao qual sejam delegadas as funções do Govêrno relacionadas de qualquer modo à emigração”.

“11). — A emigração é individual ou coletiva e esta última pode ser organizada ou requerida”.

“34). — Nos Acôrdos Internacionais deve ser precisada a obrigação pessoal do trabalhador, não inferior a de outros imigrados europeus”.

As conseqüências da emigração são importantíssimas, seja para o país emigrador e como para o imigrador.

Na Itália, esta provocou um desfalque no mercado de trabalho e conseguiu equilibrar o excesso de mão-de-obra, favorecendo assim um nível de vida mais elevado, aos que ficaram na Pátria, permitindo, ao mesmo tempo, um aumento demográfico. A emigração ampliou o capital circulante através das remessas e formou novos laços culturais com os países imigradores.

Este desenvolvimento econômico-social deu-se particularmente nas regiões setentrionais da Península com grande benefício para a economia geral. Esta apresenta, também, aspectos negativos, porque diminui o número dos individuos aptos a combater e priva de braços a produção do país, seja no setor da agricultura, seja na-quele das indústrias.

No Brasil a imigração constituiu um fator secundário no incremento da população, pois no periodo 1850-1950 (27), dos 44,8 mi-

(26). — Giannini, Torquato — *Carta dell'emigrazione*, na revista “*Italiani nel Mondo*”, Roma, 1955.

(27). — Em 1850 a população do Brasil era de 7,2 milhões de habitantes. Em 1950 era de 52 milhões.

lhões de habitantes a mais, apenas 3 ou 4 milhões são devidos a ela. Houve, porém, a ocupação de novos territórios, maior desenvolvimento e melhoramentos técnicos, seja na agricultura, seja nas indústrias, com o conseqüente aumento da produção e estabelecimento de laços culturais entre Brasil e Itália.

No caso da emigração italiana a assimilação não representou um problema, porque os imigrados se adaptaram às populações locais, não havendo diferenças de religião ou de cultura, e por isso a fusão foi rápida e progressiva. Estes souberam fazer do Brasil sua segunda Pátria, e muito contribuíram para o desenvolvimento, tanto econômico como cultural do país.

GIANINA VALERIO

Licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA.

Obras sôbre o assunto.

- ARAÚJO (Deusdedit). — **Imigração e Marginalidade**, in “Revista do Serviço Público”, janeiro-fevereiro, 1947; págs. 37-41.
- ARDUINO (Marcello). — **Emigrazione ed Immigrazione**, Manuale Hoepli, Milão, 1910.
- ARENA (Celestino). — **Italiani per il mondo**, Alpes, Milão, 1927.
- ASCARELLI (Tulio). — **Sguardo sul Brasile**, Milão, Giuffrè, 1949.
- BARTOLOTTI (D.). — **I creatori italiani della ricchezza straniera — Il cinquantenario della “Nuova Milano in Brasile” — II Giornale d’Italia**, 9-8-1929.
- BARTOLOTTI (D.). — **Il Brasile meridionale**, Roma, 1930.
- BASTOS DE AVILA (Fernando). — **Immigration and the Religious Problema in Brazil**, pág. 9, in “R. E. M. P. Bulletin”, jan-março, 1954. Vol. 2, n. 1-3.
- BASTOS DE AVILA (Fernando). — **Economic Impacts of Immigration — The Brazilian Immigration Problem — L’Aja**, Martinus Nijhoff, 1954.
- BIANCO (Francesco). — **L’Italia ed il Brasile**, Milão, 1920.
- BONACCI (G.). — **Il Brasile e l’emigrazione italiana**, Vol. 16, pág. 248, Roma, 1947.
- BONACCI (G.). — **L’Italia vittoriosa e la sua espansione nel mondo. I. Nel Brasile**, Roma, 1920 (Banca It. di Sconto Editrice — págs. 24-141).
- BONARDELLI (A.). — **Lo Stato di S. Paulo del Brasile e l’emigrazione italiana**, Turim, 1915.
- BONOMEELLI (Geremia). — **L’emigrazione**, Desclée e Cia. Editori Tipografi, Roma, 1910, pág. 61.
- BORGHETTI (E.). — **Gli italiani nel Brasile del Sul** in “Illustrazione coloniale”, n. 11, novembro, 1924.
- BRANNER (J. C.). — **Outlines of the geology of Brazil**, in “Bull. Geol. Soc. America”, XXX; 1919, págs. 189, 338.

- BRENNA (G. Paulo). — **Storia dell'emigrazione italiana**, lib. Ed. Montegazza di P. Cremonese, Roma, 1928.
- CABRINI (A.). — **L'emigrazione ed emigranti. Gli emigranti italiani ed il Brasile**, in "Revista Coloniale", 1914, págs. 68-70.
- CANTALUPO (Roberto). — **Brasile Euro-Americano**, Milão, I. S. P. I., 1941.
- DE ANGELIS (M.). — **Italiani all'Estero — La grande industria italiana in Brasile**, in "Il Lavoro Fascista", 19 agosto de 1930.
- DELLA VALLE (C.). — **Studi italiani per l'emigrazione agricola in Brasile**, in "Bollettino Società Geografica Italiana", 1952, págs. 292-316.
- DE MARCO (A.). — **Emigrazione e ricostruzione Europea**, in "Civiltà Cattolica", 21-2-1948, págs. 345-358.
- DENIS (Pierre). — **Brésil au XXe. siècle**, Paris, 1944.
- DENIS (Pierre). — **Amérique du Sud. Première partie**, in "Géographie Universelle, XV, de Vidal de La Blache e Gallois, Paris, 1927.
- EISENSTADT (S. N.). — **Recherches sur l'adaptation sociale e culturelle des immigrants**. "Bulletin International des Sciences Sociales", 1951, n. 2, UNESCO.
- FRANCESCHINI (Antonio). — **L'emigrazione italiana nell'America del Sud**, Roma, 1908.
- FRISONI (Edoardo). — **Le relazioni commerciali fra Italia e Brasile**, Gênova, 1902.
- GALVANI (Luigi). — **Brasile moderno**, Cavallotti, Milão, 1948.
- GEFFCKEN (F. F.). — **Politica della popolazione — Emigrazione-Colonie**, in "Biblioteca dell'Economista", 3a. Série, Vol. XIII, Turim, 1889, págs. 1131-1289.
- GIANNINI (Amedeo). — **Le nuove emigrazioni umane**. "R.ta Geogr. Ital.", 1947, págs. 92-102.
- GIANNINI (Torquato). — **Carta dell'emigrazione**, in "Italiani nel Mondo", Roma, 1955.
- GILIBERTI (R.). — **Italiani in Brasile**, in "Vie d'Italia e del Mondo", 1937, págs. 1311-1332.
- GIOVANNETTI — **Il dramma dell'emigrazione**, in "Fanfulla" de São Paulo de 17 de junho de 1948.
- GIUSTI (Ugo). — **L'emigrazione italiana potenziale. Aspetto economico-geografici-prospettive**, in "Atti del XIV Congresso geografico italiano, Bolonha, 1949, págs. 198-207.
- GROSSI (Vincenzo). — **Il caffè del Brasile**, Tip. Naz. di Cg. Butero, Roma, 1907.
- GROSSI (Vincenzo). **Storia della colonizzazione Europea al Brasile. Della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo**, Albrighi e Segati, Roma, 1914.
- IMPERATORI — **L'emigrazione italiana in Brasile**, in "Mora antologia", I de dezembro de 1921, págs. 275-281.
- MALESANI (Emilio). — **Il Brasile**, in "Geografia Universale Illustrata", vol. VII — **America Meridionale**, Unione Tipografica Editrice Torinese, Turim, 1938.

- MALESANI (Emilio). — **L'emigrazione italiana nel Brasile Meridionale e i suoi problemi** — Quaderno dell'Emigrazione n. 4, supplemento a "La Mercanzia", publicação mensal do C. C. I. A. de Bolonha, 1950, pág. 39.
- MANGINI (A.). — **Generalità sulla colonizzazione agricola in Paesi d'oltremare. Riunione di esperti in materia di Colonizzazione Agricola**, Florença, C. I. M. E. Texto original: Italiano, Genebra, 23 de setembro de 1953.
- MARTINELLI (Alberto). — **L'emigrazione Italiana ed i finanziamenti internazionali**, in "Rev. di Politica Economica", dezembro de 1951, págs. 1397-1404.
- MIGLIORINI (Elio). — **Missioni nell'America Latina per studiare le possibilità della nostra emigrazione agricola**, in "Revista Geogr. Ital. Pubbl. della-Società di Studi, Geografici, ano LXI, 1954, págs. 56-62.
- MONDAINI (Gennaro). — **Appunti di lezioni di Storia Economica** Castellani, Roma, 1947.
- MORI (Att.). — **Gli italiani all'estero**, in "Revista Geográfica Italiana", 1928, pág. 169.
- MORIZE (Henrique). — **Contribuição ao estudo do clima do Brasil**, Rio de Janeiro, 1922.
- MORTARA (Giorgio). — **A imigração italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo Italiano em São Paulo**, in "Revista Brasileira de Estatística", ano XI, n. 42, 1950, págs. 323-336.
- MORTARA (Giorgio). — **Caratteristiche demografiche del Brasile**, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1953, pág. 16.
- MUSSO (Giovanni). — **Il mio soggiorno nel Sertão**. Rapalo, Sc. Tip. "S. Girolamo Emiliani", 1939, pág. XXII.
- MUSSO (Giovanni). — **Gli italiani nel Sertão (Brasile, S. Paulo)**, separata do "Bollettino della Reale Società Geografica Italiana", Roma, outubro-novembro de 1941, págs. 518-531.
- OBLATH (Attilio). — **La réglementation de l'émigration italienne**, in "Revue International du Travail", outubro de 1947, págs. 441-458.
- OLDANI (G.). — **L'emigrazione italiana nel Brasile**, in "L'Illustrazione Coloniale" n. 6, 1, junho de 1926.
- PALERMO (P.). — **Il Brasile e l'emigrazione italiana** in "L'Illustrazione Coloniale", n. 2, fevereiro de 1925.
- PANSA (Raimondo Collino). — **Il lavoro italiano all'Estero**, in "Lombardia Repubblicana", Milão, 14-12-1947.
- PARLATO (Giovanni). — **L'emigrazione Italiana nel Mondo. Storia, Situazione presente, previsioni per l'avvenire, riflessi di carattere militare**, in "L'Universo", págs. 725-743, Pubbl. dell'Istituto Geografico Militare, Florença, 1950.
- PESCI (Goffredo). — **Lineamenti moderni dell'emigrazione Italiana**, Ente Nazionale Scuole Italiane di Servizio Sociale, Roma, 1956.

- PETTINATI (F.). — **Il contributo degli Italiani alla formazione del Brasile**, Publ. do “Centro Studi Americano”, Roma, 1941, págs. IV-103.
- PEVIANI (Augusto). — **Due milioni di Italiani in Brasile, dell'Attuale problema Italo-Brasiliano**, Società Ed. Romana, 1927.
- PIVANO (L.). — **Per una politica dell'emigrazione** in “La Nuova Battaglia”, Pavia, 21-12-1947.
- PUCCINI (M.). — **Nel Brasile**, in “Civiltà Italiana nel Mondo”, n. 15, Società Nazionale Dante Alighieri (Tip. ed. Italia). Roma, 1940, pág. 123.
- RABBENO (Aronne). — **Manuale dell'emigrazione (Storia, Statistica, Relazioni, Discussioni ecc.)**, Florença, 1901.
- RANGONI (Domenico). — **Il lavoro collettivo degli Italiani al Brasile** (Conferência), Racc. Mirabelli Mic. R. (26), São Paulo, 1922.
- REA (Salvatore). — **Esperienze della Politica Emigratoria**, págs. 76-102, in “Nord e Sud”, ano II, n. 4, março, 1955.
- ROLETTA (Giorgio). — **America Atlantica**, in “Terra e Nazioni”, America IV, Casa Ed. F. Vallardi, Milão, 1933.
- RUSCHI — **Piccoli Centri Italiani nel Brasile**, in “Vie d'Italia e dell'America Latina”, 1929, págs. 727-730.
- SIGMA — **L'espansione Italiana all-Estero**, in “Vie d'Italia e dell'America Latina”, ano XXXIV-1928, págs. 47-55.
- TEDESCHI (Mario). — **Le prospettive dell'emigrazione italiana**, O. E. T., Edizione del Secolo, Roma, 1946, pág. 251.
- FRIGONA (G.). — **L'emigrazione Italiana al Brasile ed i suoi problemi**, in “Revista di Economia Agraria”, ano IV, fas. I, 1949, págs. 148-192.
- VILLARI (Pasquale). — **L'emigrazione e le sue conseguenze in Italia**, in “Nuova Antologia”, 1 de janeiro de 1907, Roma, pág. 24.
- VIRGILII (Filippo). — **Emigrazione — II. Le leggi fasciste**, libr. del Littorio I vol., 222 págs., Roma, 1928.
- ZUCULIN (B.). — **La condizione Economica degli Italiani al Brasile**, in “Vie d'Italia e dell'America Latina”, n. I, novembro, 1926.
- WAIBEL (Leo). — **Princípios de colonização Européia no Sul do Brasil**, in “Revista Brasileira de Geografia”, ano IX, n. 2, 1949, págs. 122-159.

*

* * *

Publicações oficiais.

A imigração e as condições de trabalho de São Paulo, publ. da “Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”, Departamento Estadual do Trabalho, tip. Brasil Rotteschild e Cia. São Paulo, 1915.

- Dados para a história da imigração em São Paulo**, Departamento Estadual do Trabalho, Tip. Brasil Rotteschild, São Paulo, 1916.
- Imigração**, Sociedade Nacional de Agricultura, Villani & Barbero, Rio de Janeiro, 1926.
- Mobilizzazione e smobilizzazione degli emigrati italiani in occasione della guerra 1915-1922**, "Comm. Gen. dell'Emigr.", tip. C. Centrali, Roma, 1923.
- Emigrazione** — Conferenza internazionale, "Comm. Gen. dell'emigr.", Roma, 1924.
- Emigrazione italiana dal 1910 al 1923**, "Comm. Gen. dell'emigr.", Roma, 1926.
- L'emigrazione italiana negli anni 1924 e 1925**, relazione sui servizi dell'emigrazione con prefazione di Mussolini, presentata dal "Comm. Gen. dell'emigr.", Stab. cromo-Tip. della detta C. Colombo, Roma, 1926.
- Emigrazione agricola al Brasile**, relação da Comissão Italiana, Bologna, 1910, págs. XII-312.
- L'emigrazione agricola al Brasile**, extraído da relação apresentada pela Comissão della Federazione Nazionale dei Lavoratori della Terra, in "Bollettino dell'Emigrazione", 1913, n. 10, págs. 95-97.
- Indagini preliminari sul problema della emigrazione agricola nell'America Latina** — Vol. I, Brasile, Pub. do "Ministero degli Affari Esteri", Direzione Generale dell'Emigrazione, Roma, Istituto Agronomico per l'A. I., stab. tip. Vallecchi, Firenze, 1951.
- Emigrazione e colonizzazione agricola in Brasile**. (Relazioni e progetti della Missione Italiana di Assistenza Tecnica), Vol. 3, Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero, Stab. tip. Vallecchi, Firenze, 1952.
- Riunione di esperti in materia di colonizzazione agricola**, apresentada ao Comitato Intergovernativo per le Migrazioni Europee, Texto original: Inglês, Genebra, 7 de setembro de 1953.
- Esperienze italiane in materia di colonizzazione agricola all'estero**, relação do Governo Italiano apresentado ao C. I. M. E., Riunione di Esperti in materia di colonizzazione, Firenze, Texto original: Italiano, Genebra, 21 de setembro de 1953.
- Esperienze italiane in materia di colonizzazione agricola all'estero** (sforzo finanziario dell'Italia per l'emigrazione nei paesi d'Oltramare) apresentada ao C. I. M. E. Texto original: Italiano, Firenze, 30 de setembro de 1953.
- Documentazione sul contributo dell'Italia alla colonizzazione**, Pubbl. Ministero degli Affari Esteri, apresentada ao C. I. M. E., maio de 1955, Roma, tip. reservada do M. A. E.

*

* *

Revistas e jornais.

- Italia gente in Brasile**, Revista publicada recentemente em cuja redação colaboraram diversos componentes. Trata de iniciativas atuais de italianos nos estados meridionais do Brasil no campo industrial, comercial e agrícola.
- Agricoltura Coloniale**, Revista ilustrada sobre o cultivo do solo e os métodos agrícolas usados nas zonas colonizadas pelos Europeus.
- Il Popolo d'Italia** (15-2-1931) — Gli Italiani nel Mondo. Contribuição dos colonos italianos no desenvolvimento agrícola e econômico do Brasil.
- Il Sole** (Milão, 12 de julho de 1929). O trabalho e as atividades econômicas e profissionais dos italianos de São Paulo.
- Corriere della Sera**, 30 de outubro de 1924; 5-8-12-14-18-20 de novembro de 1924; 9-14-19-31 de dezembro de 1924; 4-7-10 de janeiro de 1925.

* *
* *

Fontes.

- Bollettino quindicinale dell'emigrazione**, Società Umanitaria, fondazione P. M. Loria, Milão, a partir de 25 de julho de 1947.
- Quaderni dell'emigrazione**, a partir de 1951. (Pubbl. Uff. it.).
- Notiziario dell'emigrazione**, Publ. do "Ministero degli Affari Esteri" de 1954 a 1956 (noticias oficiais).
- Annuario Statistico della emigrazione Italiana. Dal 1876 al 1925**, "Comm. Gen. dell'Emigr.", Roma, 1926.
- Censimento degli italiani all'estero alla meta'dell' anno 1927**, Ministero degli Affari Esteri, Roma, 1928.
- Statistica Nazionale e Internazionale delle Migrazioni**, in "Le Assicurazioni Sociali", maio-junho, 1930.
- Statistica delle Migrazioni da e per l'estero. Anno 1937 dai confronti dal 1931 al 1936**, Serie II, Vol. VIII, Istituto Centrale di Statistica, Roma, 1938.
- Movimento demografico degli italiani a São Paulo (Brasile) Notiziario demografico**, XXII, págs. 113-114, 1940.
- Annuario statistico italiano, 1944-1948**, Serie V, dell'Istituto Centrale di Statistica.
- Anuário Estatístico do Brasil**, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1949.
- Recenseamento geral do Brasil (1940)**, Séries Nacional, vol. II — Censo Demográfico, vol. III, Censo Econômico, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1950.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL, EM 1950, SEGUNDO AS UNIDADES POLÍTICAS E AS REGIÕES GEOGRÁFICAS.

UNIDADE POLÍTICA REGIÃO GEO- GRÁFICA	POPULAÇÃO ATUAL (1-7-1950) hab.	SUPERFÍCIE TERRITO- RIAL (km ²)	DENSIDADE DA POPULA- ÇÃO (hab./ km ²)
Guaporé	36.935	254.163	0,15
Acre	114.755	153.170	0,75
Amazonas	514.099	1.595.818	0,32
Rio Branco	18.116	214.316	0,08
Pará	1.123.273	1.188.769	0,94
Amapá	37.477	133.796	0,28
NORTE	1.844.655	3.540.032	0,52
Maranhão	1.353.248	332.239	4,77
Piauí	1.045.694	249.317	9,19
Ceará	2.695.450	153.245	17,59
Rio Grande do Norte	967.921	53.048	18,25
Paraíba	1.713.259	56.282	30,44
Pernambuco	3.395.185	97.016	35,00
Alagoas	1.093.137	28.531	38,31
Fernando de Noronha	581	226	22,35
NORDESTE	12.494.477	969.704	12,88
Sergipe	644.361	21.057	30,60
Bahia	4.834.575	563.281	8,58
Minas Gerais (Serra dos Aimorés)*	7.728.104**	581.975	13,28
Espírito Santo	160.072	10.137	15,79
Rio de Janeiro	861.562	40.882	21,07
Distrito Federal	2.287.194	41.666	55,13
LESTE	2.377.451	111.171	2.030,27
São Paulo	18.903.319	1.260.169	15,00
Paraná	9.141.928**	247.223	36,98
Santa Catarina	2.129.327**	200.731	10,61
Rio Grande do Sul	1.560.502	93.849	16,63
SUL	4.164.821	267.455	15,57
Mato Grosso	16.996.578	809.258	21,00
Goiás	522.044	1.262.572	0,41
CENTRO OESTE	1.214.921	622.463	1,95
BRASIL	1.736.965	1.885.035	0,92
	51.475.994**	8.464.198	6,14

(*) . — Zona em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

(**) . — A população de Minas compreende 10.312 hab., população avaliada do Município de Nova Era; a de São Paulo, 7.505 hab. por parte do Município de Pirangi; a do Paraná, 13.780 hab., por parte do Município da Lapa. Estes cálculos estimativos, baseados na apuração preliminar, preenchem as lacunas da apuração definitiva, derivadas do extravio dos documentos de pesquisa.